

CENSO SUAS

GESTÃO ESTADUAL E MUNICIPAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE

2014



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Governador do Estado de São Paulo
Geraldo Alckmin

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social
Floriano Pesaro

Secretário Adjunto
Felipe Sartori Sigollo

Chefe de Gabinete
Mendy Tal

Coordenadora de Gestão Estratégica
Marina Amadeu Batista Bragante

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Marina Amadeu Batista Bragante

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Márcia Lima Bandeira

CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DO TEXTO

Grupo de Monitoramento e Avaliação

Itagira de Sena Pires

Márcia Lima Bandeira

Milton de Freitas Nunes

Priscila de Souza

Contato pelo e-mail: infosocial@sp.gov.br

VALIDAÇÃO TÉCNICA

Grupo Estadual de Gestão do SUAS

João Jorge Der Filho (Diretor Técnico)

César Augusto Silva de Souza

Guilherme Guimarães Pallerosi

Tatiane Sousa Magalhães

COMUNICAÇÃO

Denise M. Valsechi Púlici (divulgação)

Odilo Rio Branco (arte da capa)

ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (EDESP)

Maria Isabel L. da Cunha Soares (divulgação)

André Luiz Machado de Lima (divulgação)

S241a São Paulo (*Estado*). *Secretaria de Desenvolvimento Social*.

Censo SUAS: Gestão Estadual e Municipal – Estado de São Paulo 2014 [recurso eletrônico] / Secretaria de Desenvolvimento Social. -- São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2015.

86 p.: gráfs., tabs.

Formato: Adobe Acrobat Document (pdf.)

Modo de acesso: Internet. -- (Censo SUAS)

ISBN 978-85-7299-016-5 (recurso eletrônico)

1. Políticas Públicas 2. Política de Assistência Social 3. Diagnóstico da Assistência Social 4. Planejamento da Assistência Social 5. Gestão da Assistência Social I. Título. II. Série.

CDU 364.07:35.077.1

Ficha catalográfica elaborada pelo Centro de Documentação, Biblioteca e Arquivo da Secretaria de Desenvolvimento Social

Claudete Manoel dos Santos (bibliotecária)

Juliana Subino Teixeira (apoio)

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
GESTÃO MUNICIPAL	8
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	9
GESTÃO DO SUAS	11
GESTÃO FINANCEIRA	14
GESTÃO DO TRABALHO	16
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB).....	21
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (PSE).....	22
GESTÃO DE BENEFÍCIOS.....	25
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL.....	26
AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA	29
BIBLIOGRAFIA	30
GESTÃO ESTADUAL.....	32
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	32
GESTÃO DO SUAS	32
GESTÃO DO TRABALHO	33
APOIO TÉCNICO	35
GESTÃO FINANCEIRA	35
APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS.....	35
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.....	36
REGIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS.....	36
BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS	37
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL.....	37
APOIO AO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL	37
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB).....	37
BIBLIOGRAFIA	39
ANEXO A – TABELAS GESTÃO MUNICIPAL.....	41
ANEXO B – TABELAS GESTÃO ESTADUAL	69

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo é responsável pela coordenação e avaliação da política de Assistência em âmbito estadual.

O Estado tem hoje uma política de Assistência Social fortalecida, concebida como direito do cidadão, abrangendo a grande maioria da população sujeita a toda sorte de vulnerabilidades sociais decorrentes de conjunturas, contextos ou processos produtores de pobreza e desigualdades sociais. O Sistema Único de Assistência Social /SUAS aprovado em 2005, normatizou a gestão das ações sócio assistenciais ancoradas na legislação e na obediência ao pacto federativo; introduziu uma nova organização dos serviços sócio assistenciais hierarquizados em proteção social básica e especial.

No Estado de São Paulo opera uma expressiva rede socioassistencial integrada por ações de iniciativa pública e da sociedade civil que ofertam um conjunto de serviços, programas e benefícios a indivíduos e grupos afetados pela pobreza e privações.

A Coordenadoria de Gestão Estratégica, desta secretaria, mantém um processo de registro, monitoramento e avaliação das estruturas, recursos e ações de proteção social realizadas pelos municípios e pela própria Secretaria de Desenvolvimento Social.

Com o propósito de compartilhar e dar transparência as ações da Política de Assistência Social, apoiados na publicação do Censo Suas 2015, a CGE apresenta o conjunto de indicadores e resultados referentes as estruturas e ações desenvolvidas por esta política no Estado de São Paulo.

O Censo Suas é um instrumento de grande valia para o entendimento e o planejamento das ações na área da assistência social, pois apresenta periodicamente dados consolidados do Brasil; com base neste, o presente documento destaca os dados para o Estado de São Paulo, de acordo com a realidade descrita pelos municípios paulistas.

A série Censo Suas apresentada aqui em sete volumes temáticos possui uma introdução contextual e dados referentes aos recursos e ação desenvolvidas. Compreendendo que a publicação não esgota a diversidade de análises dos dados, no Anexo são apresentadas todas as tabelas do Censo referentes ao tema, sempre com os dados para o Estado de São Paulo.

Cada volume contém gráficos, tabelas e análises permitindo melhor mensuração dos aspectos abordados, considerando novos temas do Censo e, ainda, sempre que possível, efetuando comparações com os resultados do Censo anterior.

Este volume apresenta o tema **Gestão** contendo, além da introdução contextual, dados referentes a: identificação, estrutura física, serviços e recursos humanos.

O Estado de São Paulo, tem como desafio a reorganização do cofinanciamento, regularizando o repasse estadual fundo a fundo e orientando aos municípios com relação às normativas necessárias. Precisamos ainda, fortalecer a vigilância socioassistencial, aprimorando o apoio aos municípios.

Boa Leitura!

Floriano Pesaro

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social



GESTÃO MUNICIPAL

GESTÃO MUNICIPAL

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS/2012) estabelece que a gestão do SUAS fundamenta-se na cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo que as respectivas competências e responsabilidades são organizadas da seguinte maneira: nas que são comuns a todos os entes federados e naquelas que são específicas de cada ente.

As competências específicas de cada ente federado estão previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e a NOB SUAS 2012 descreve quais as responsabilidades que devem ser assumidas na gestão do sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na prestação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais que serão ofertados pela rede socioassistencial. A rede socioassistencial é o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre todas as unidades de provisão do SUAS.

Para a análise quantitativa do Censo SUAS 2014, no Questionário da Gestão Municipal cabem maior ênfase nas responsabilidades dos Municípios que estão descritas no art. 17 da NOB SUAS 2012, e são:

- Destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da LOAS, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS);
- Efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral;
- Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;
- Atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;
- Prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da LOAS;
- Cofinanciar o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;
- Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;
- Aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;
- Organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;
- Organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial;
- Alimentar o Censo SUAS;
- Assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;
- Participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;
- Realizar a gestão local do BPC, garantindo aos beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;
- Gerir, no âmbito municipal, o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 10.836 de 2004;
- Elaborar e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;
- Prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

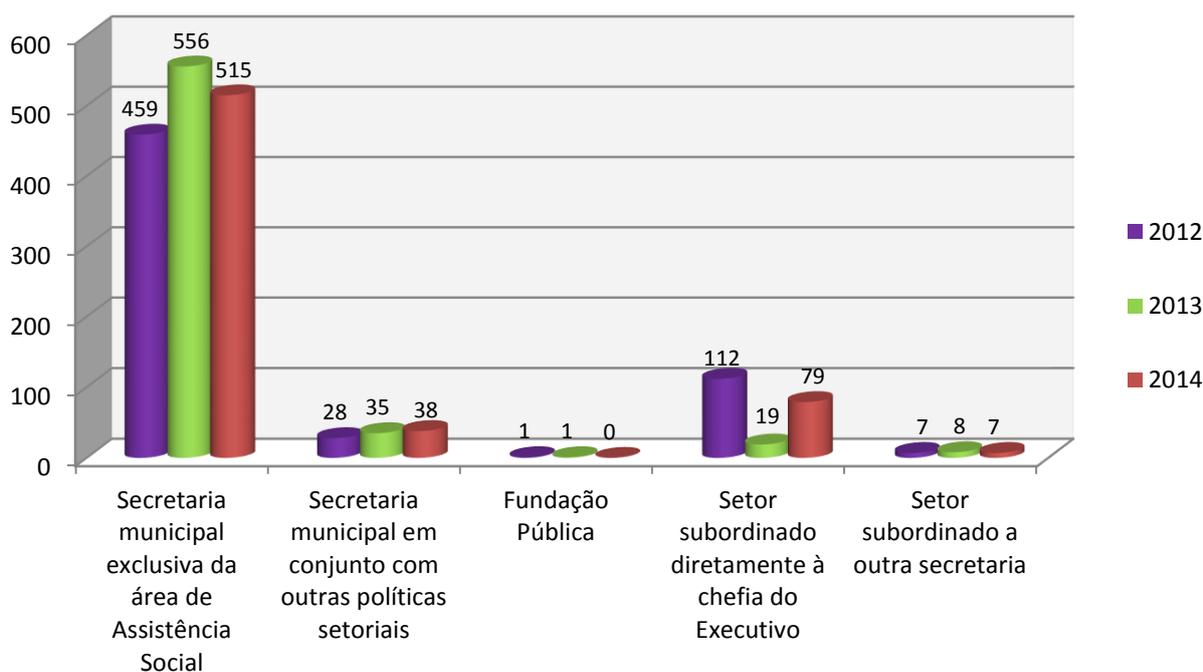
- Zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos Estados, inclusive no que tange a prestação de contas;
- Proceder ao preenchimento do sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social de que trata o inciso XI do art. 19 da LOAS;
- Viabilizar estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades e organizações de acordo com as normativas federais; e
- Normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da LOAS e sua regulamentação em âmbito federal.

Destaca-se que dos 645 municípios do Estado de São Paulo, os que responderam o Censo Suas 2014 foram 639 (aproximadamente 99% do total), representando um aumento de 20 municípios quando comparado ao Censo do ano anterior (619 municípios, ou 96% do total). Todos os 6 municípios que não responderam ao Censo SUAS 2014 são de pequeno porte I.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

As informações referentes à estrutura administrativa da Política de Assistência Social estão apresentadas no Gráfico 1. Ao comparar os dados do ano de 2013 com os de 2012 é possível verificar que aumentaram os municípios com secretarias exclusivas da área de assistência social, porém em 2014, aparece uma queda de 7,4% comparada ao ano anterior. Os municípios com secretarias em conjunto com outras políticas setoriais aumentaram de 35 para 38 de 2013 para 2014, assim como também aumentaram significativamente os municípios que mantinham a política de assistência social em setor subordinado diretamente a chefia do executivo.

GRÁFICO 1 – CARACTERÍSTICA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO GESTOR MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2012 a 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012, 2013 e 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012, agosto de 2013 e agosto de 2014.

Para entender a organização da política pública municipal de assistência social, a Tabela 1 apresenta as áreas constituídas como subdivisão administrativa na estrutura formal do órgão gestor. Destaca-se que, no Censo SUAS 2014, comparando com os anos anteriores, diminuíram a presença da área de gestão do trabalho que estava estruturada de maneira formal.

Também reduziram a área de proteção social especial que estava estruturada de maneira informal. Já a gestão financeira e orçamentária se manteve estável entre 2013 e 2014. Nota-se ainda, que a área de gestão do trabalho não está constituída em alguns municípios e chama a atenção o aumento dessa informação de um ano para outro (de 189 municípios que não possuíam a área em 2012, para 223 em 2013 e 239 municípios em 2014).

TABELA 1 - ÁREAS CONSTITUÍDAS COMO SUBDIVISÕES ADMINISTRATIVAS (DEPARTAMENTOS, COORDENAÇÕES) NA ESTRUTURA FORMAL DO ÓRGÃO GESTOR, ESTADO DE SÃO PAULO, 2012 a 2014.

Áreas	Sim, na estrutura formal do órgão gestor			Sim, de maneira informal			Não constituída		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Proteção Social Básica	87	375	376	147	158	160	373	86	103
Proteção Social Especial	164	276	307	184	172	163	259	171	169
Gestão Financeira e Orçamentária	156	327	336	181	173	173	270	119	130
Gestão do Bolsa Família	70	382	391	158	168	173	379	69	75
Gestão de Benefícios Assistenciais (Benefícios Eventuais e BPC)	133	309	316	148	173	181	326	137	142
Gestão do SUAS	129	348	366	143	172	179	335	99	94
Gestão do Trabalho	276	215	210	142	181	190	189	223	239
Regulação do SUAS	210	251	252	155	168	178	242	200	209
Vigilância Socioassistencial (inclusive áreas de monitoramento e avaliação) *	344	197	206	403	211	210	467	211	223

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012, 2013 e 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012, agosto de 2013 e agosto de 2014. ***Nota:** A comparação dos dados do ano de 2012 com os demais anos fica prejudicada tendo em vista que à época o questionário do Censo Suas separava as áreas de Vigilância Socioassistencial e Monitoramento e Avaliação em opções específicas, sendo que nos questionários de 2013 e de 2014 as duas áreas foram consideradas numa única opção (Vigilância Socioassistencial). Desta forma, não pode ser desconsiderada a hipótese de que os municípios que possuíam apenas uma das áreas não tenham se sentido contemplados na opção apontada nos Censos de 2013 e de 2014. Por fim, para fins didáticos os dados do Censo 2012 foram considerados conjuntamente na opção “Vigilância Socioassistencial (inclusive áreas de monitoramento e avaliação)”.

Em relação à gestão do cadastro único para os programas sociais (CadÚnico), no Censo SUAS de 2014, dos 639 municípios respondentes, 630 ou 98,6% informaram que o responsável por essa atribuição é o órgão gestor de assistência social, enquanto que em 2013 essa informação correspondia a 609 ou 98,4% municípios dentre os 619 respondentes. Em termos percentuais parece que não houve alteração significativa, mas em termos absolutos, houve um aumento de 20 municípios que responderam ao Censo Suas de 2014 em relação a 2013.

Sobre a Instância de Controle Social (ICS) do Programa Bolsa Família (PBF) no município, os que tinham o próprio Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), ou comissão permanente do CMAS, eram 498 municípios (ou 77,9% dos que responderam), portanto um aumento em relação ao ano anterior, que apontava 450 municípios (ou 72,4% dos que responderam); os que tinham instância ou comitê exclusivo do Programa Bolsa Família eram 134 municípios (ou 21,0% do total), uma diminuição em relação ao ano anterior, que apontava 164 municípios (ou 26,5% do total) e, ainda, os que tinham o conselho de outra política como Instância de Controle Social eram 7 municípios (ou 1,1% do total), significando um aumento em relação ao ano anterior, que apontava 5 municípios (ou 0,8% do total).

GESTÃO DO SUAS

Uma importante ferramenta para a organização da gestão municipal do SUAS é a sua regulamentação em Lei Municipal. No Censo SUAS 2014 houve 430 municípios que informaram ter constituída formal ou informalmente a área de Regulação do SUAS e nos últimos dois anos tiveram 65 municípios que constituíram, formal ou informalmente esta área (Tabela 1). Contudo, somente 76 municípios (ou 11,9% do total) informaram que possuíam lei própria de regulamentação do SUAS, havendo uma queda de três municípios, na comparação dos anos de 2012 para 2013 (de 64 para 61 municípios respectivamente). Comparando, 2013 com 2014, houve um aumento de 15 municípios que regulamentaram as suas próprias leis do Suas.

Quando identificados os períodos nos quais os municípios regulamentaram as suas leis, o período com menos respostas dos municípios foi até 1993, que recebeu apenas duas citações e no Censo anterior não tinha recebido nenhuma menção. O maior número de respostas foi no período de 2005 a 2010, citado por 27 municípios, representando um município a menos que o ano anterior. O período recente de 2011 a 2014 foi mencionado por 22 municípios, ou seja, foram 6 a mais que no Censo SUAS 2013.

O Censo SUAS 2014 acrescentou informação sobre o conteúdo que está previsto na Lei Municipal que regula o SUAS, conforme apresenta a Tabela 2. Chama atenção que o conteúdo de “Especificação e conceituação dos benefícios eventuais” cuja execução é competência do município, teve 38 citações (ou 50,0% dos que responderam que tem lei própria de regulamentação do SUAS), contudo, esse número representa apenas 5,9% do total de municípios do Estado. Os conteúdos com maior presença são “Conceituação da Assistência Social” e as “Diretrizes para organização da Assistência Social”, ambas com 54 citações ou 71,1%. Os conteúdos com menor presença foram a “Previsão de prazo para regulamentação do funcionamento do Fundo de Assistência Social” com 25 citações ou 32,9% e outros conteúdos teve uma única menção ou 1,3%.

TABELA 2 - CONTEÚDO PREVISTO NA LEI MUNICIPAL DE REGULAMENTAÇÃO DO SUAS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

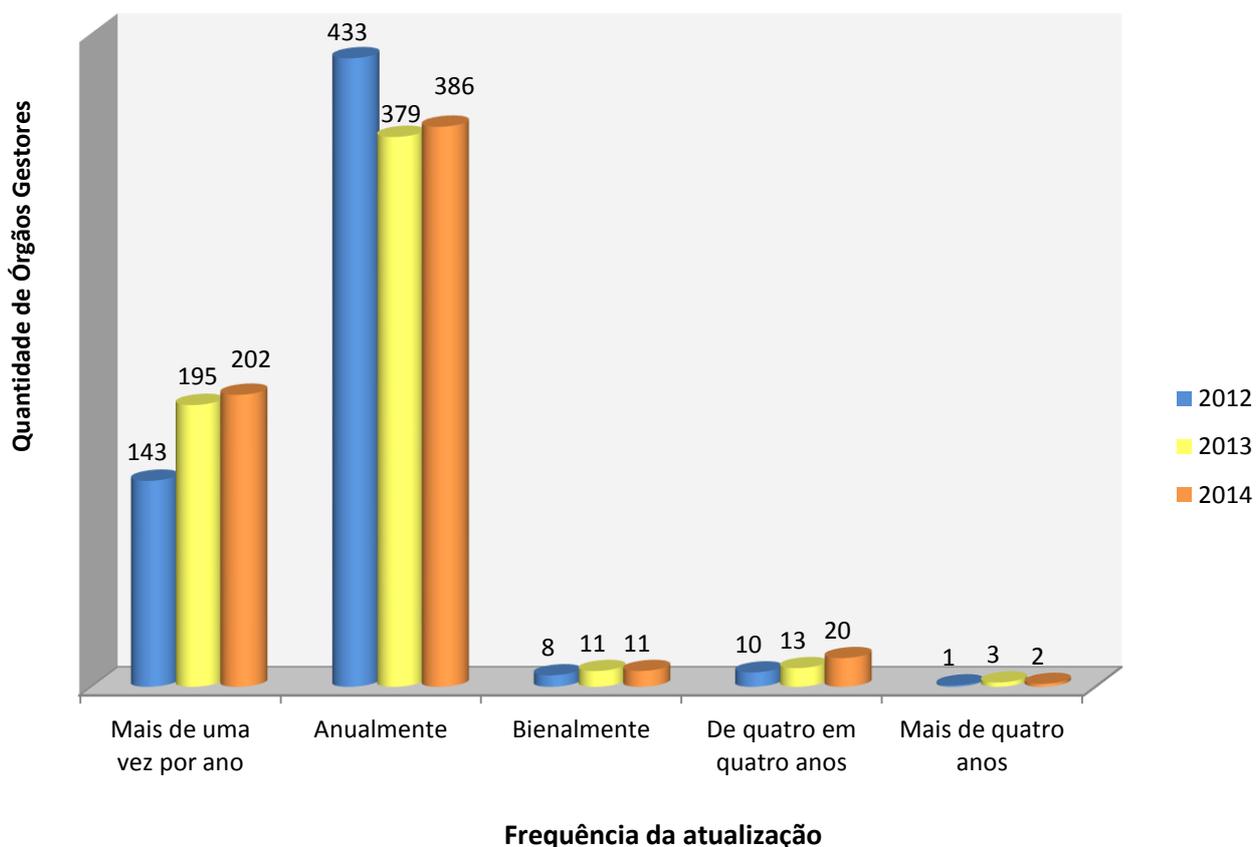
Conteúdo	Quantidade	%
Conceituação da Assistência Social	54	71,1
Funções da Assistência Social (Vigilância Socioassistencial, Proteção Social, Defesa de Direitos)	50	65,8
Princípios pelos quais a Assistência Social é regida	49	64,5
Diretrizes para organização da Assistência Social	54	71,1
Organização da assistência social por níveis de Proteção Social	41	53,9
Conceituação e objetivos do SUAS	37	48,7
Público destinatário do SUAS	41	53,9
Previsão do financiamento dos serviços	39	51,3
Previsão do financiamento dos programas e projetos	39	51,3
Previsão do financiamento dos benefícios socioassistenciais	39	51,3
Especificação do órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social	50	65,8
Previsão de prazo para regulamentação do funcionamento do Fundo de Assistência Social	25	32,9
Especificação e conceituação dos equipamentos públicos estatais CRAS e CREAS	34	44,7
Especificação e conceituação dos serviços socioassistenciais	34	44,7
Especificação e conceituação dos benefícios eventuais	38	50,0
Criação do Conselho Municipal de Assistência Social	50	65,8
Criação do Fundo Municipal de Assistência Social	48	63,2
Instituição do Plano Municipal de Assistência Social	32	42,1
Outros	1	1,3

Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

O Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) é um importante instrumento de planejamento do gestor municipal e serve para o cofinanciamento, conforme art. 30 da Loas. A existência do PMAS e a sua aprovação pelo CMAS foi identificada por 621 municípios (ou 97,2% do total), são 20 municípios a mais que no Censo Suas de 2013.

A frequência da atualização do PMAS pelos municípios do estado está demonstrada no Gráfico 2, nota-se que, de 2013 para 2014 houve um pequeno aumento de 7 municípios que realizaram a atualização anual. No entanto, embora a periodicidade anual continue se destacando pela maior quantidade de municípios, percebe-se um crescente aumento na atualização por mais de uma vez ao ano.

GRÁFICO 2 – FREQUÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PMAS), ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

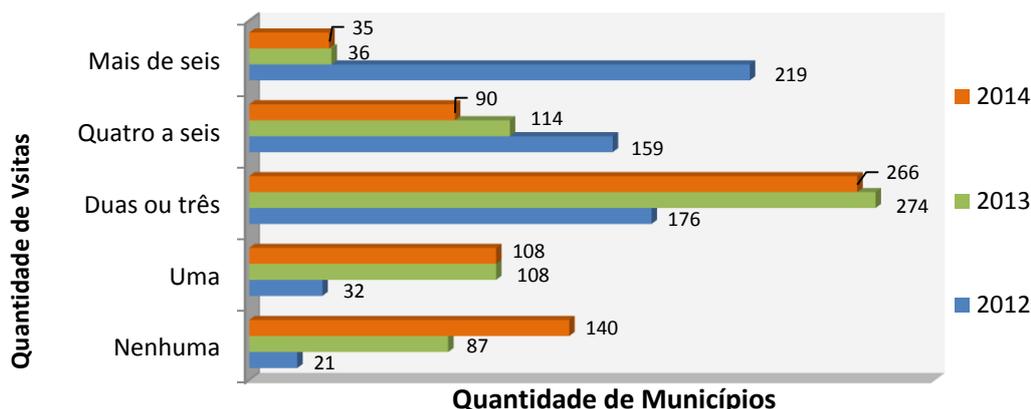


Fonte: MDS, Censo SUAS 2012, 2013 e 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012, 2013 e 2014.

Com relação à realização de visitas por técnicos da Secretaria Estadual de Assistência Social aos municípios (Gráfico 3), percebe-se que, dos 639 municípios que responderam ao Censo 2014, 499 (ou 78,1% dos que responderam ao Censo) foram visitados pela Secretaria Estadual. Comparando com o ano anterior, ocorreu uma diminuição de 33 municípios visitados, que eram 532 municípios ou 82,5% dos que responderam ao Censo.

Assim como no ano anterior, a maior parte dos municípios informaram que receberam 2 ou 3 visitas de técnicos da gestão estadual. Chama a atenção que, nos últimos três anos o número de municípios que declararam não terem sido visitados passou de 21 para 140.

GRÁFICO 3 – QUANTIDADE DE VISITAS REALIZADAS POR TÉCNICOS DA SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS MUNICÍPIOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012, 2013 e 2014; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012, 2013 e 2014.

Os temas trabalhados nas visitas realizadas pelos técnicos da Secretaria Estadual de Assistência Social estão demonstrados na Tabela 3. O tema mais mencionado foi “a adequação da implantação dos serviços socioassistenciais” (293 municípios), mesmo havendo diminuição de 10 municípios em relação ao ano anterior. Dentre os temas propostos, os que tiveram menor incidência, foram todos mencionados por 73 municípios ou 14,6% dos que responderam ao Censo e são: “Regulamentação dos benefícios eventuais” que foi mencionado por 15 municípios a menos que no ano anterior; “Gestão de benefícios eventuais” que foi mencionado por 33 municípios a menos que no ano anterior e “Adequação da Legislação municipal” que não existia nos Censos anteriores.

TABELA 3 - TEMAS SOBRE OS QUAIS O MUNICÍPIO RECEBEU ORIENTAÇÕES E APOIO TÉCNICO NAS VISITAS DOS TÉCNICOS DA SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

Temas	2012	2013	2014
Regulamentação dos benefícios eventuais	86	88	73
Gestão de benefícios eventuais	95	106	73
Adequação da Legislação municipal	NA	NA	73
Implantação da Vigilância Socioassistencial	92	104	98
Prioridades e Metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal	NA	NA	105
Implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)	169	146	113
Gestão do trabalho	122	168	127
Utilização do Prontuário SUAS	NA	139	136
Elaboração de Relatório de Gestão	191	172	137
Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social	154	154	146
Fortalecimento do Conselho Municipal	172	166	151
Integração dos serviços e benefícios	185	197	153
Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais - CadÚnico	183	186	164
Outros	224	212	164
Metodologias de trabalho social com famílias	189	187	167
Gestão do Programa Bolsa Família	177	174	170
Metodologias de monitoramento e avaliação	261	215	181
Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social	269	246	199
Adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc)	240	254	227
Fortalecimento da intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da assistência social	267	272	228
Gestão dos serviços socioassistenciais	291	271	266
Adequação da implantação dos serviços socioassistenciais	326	303	293

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012, 2013 e 2014; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012, 2013 e 2014. Nota: “NA” significa “não se aplica”, tendo em vista a informação não existir nos Censo Suas de 2012, 2013 e 2014.

O Censo SUAS identifica também a participação dos técnicos ou gestores municipais da assistência social em atividades de orientação e apoio técnico promovido pelo Estado. No ano de 2014, 631 municípios ou 98,7% dos que responderam ao censo participaram de pelo menos uma dessas atividades, e, destes, 422 municípios ou 66,0% dos que responderam ao Censo participaram de pelo menos uma e até seis atividades, e 209 municípios (ou 32,7% do total) participaram de mais de seis atividades. Comparando com o ano de 2013, os dados diminuíram em relação aos municípios que participaram de pelo menos uma e até seis atividades (eram 424 ou 68,5% do total), mas aumentaram em relação àqueles que participaram de mais de seis atividades (eram 179 ou 28,9% do total).

GESTÃO FINANCEIRA

O orçamento e os fundos da assistência social, conforme o artigo 44 da NOB/SUAS 2012, são instrumentos da gestão financeira e orçamentária do SUAS. Também na NOB/SUAS 2012, o artigo 48 diz que as receitas e as despesas executadas e relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social devem ser alocadas nos Fundos de Assistência Social.

A implantação dos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS) é condição para o recebimento de recursos financeiros e a adesão ao SUAS. O Censo Suas 2014 indica que todos os 639 municípios que responderam ao Censo SUAS possuíam o FMAS implantado, comparando com o ano anterior são 25 municípios a mais. Dentre esses, 604 municípios (ou 94,5% dos que responderam ao Censo) instituíram o Fundo por meio de lei, ou seja, 22 municípios a mais que no ano anterior. Os municípios com FMAS em fase de implantação são 7 (ou 1,1%).

No Gráfico 4, identifica-se que a maioria dos municípios registra a totalidade dos recursos próprios no FMAS para custeio dos serviços socioassistenciais, perfazendo um total de 459 municípios (ou 71,8%), aumentando em 36 municípios, quando comparado com o ano anterior. Chama a atenção que reduziram os municípios que não registram o uso de recursos próprios no FMAS para custeio dos serviços socioassistenciais, contudo ainda são 44 municípios (ou 6,9%), número significativo quando se observa as condições mínimas de adesão ao SUAS, que desde a LOAS de 1993 (artigo 30) está estabelecida a alocação de recursos próprios no fundo municipal para o cofinanciamento das instâncias estadual e federal.

GRÁFICO 4 – REGISTRO DO USO DE RECURSOS PRÓPRIOS DOS MUNICÍPIOS NO FMAS PARA CUSTEIO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

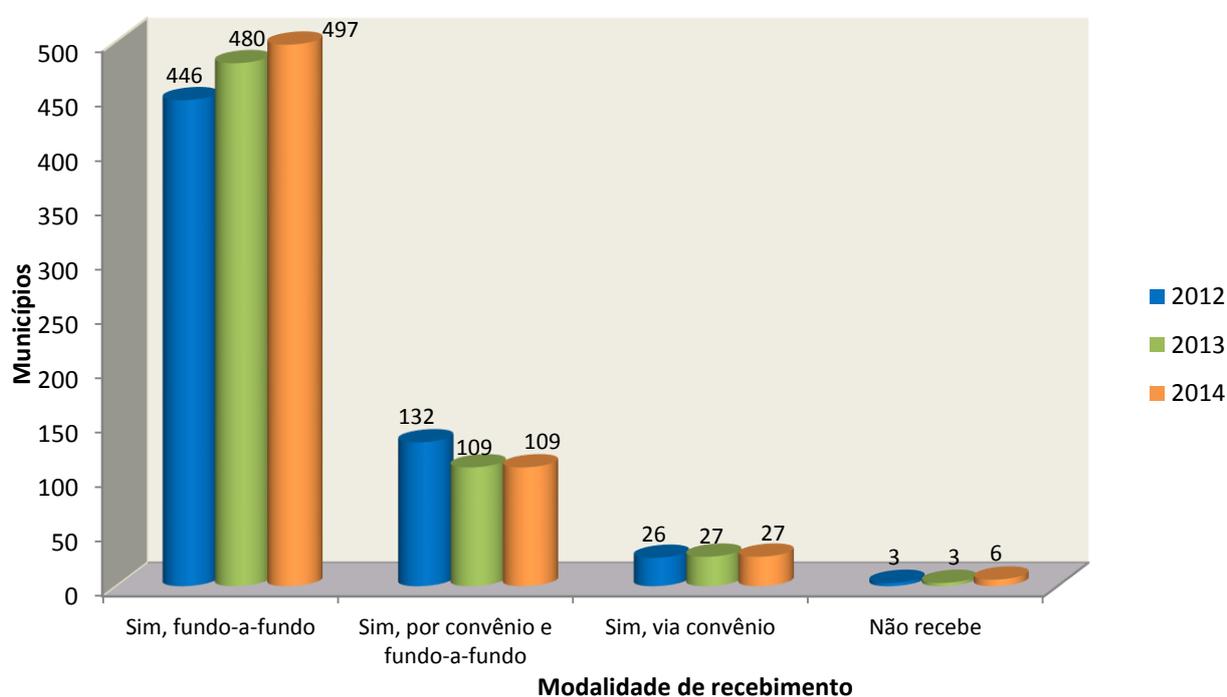


Fonte: MDS, Censo SUAS 2012, 2013 e 2014; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2012, 2013 e 2014.

O Censo Suas 2014 identificou a frequência com que o órgão gestor municipal apresentou ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) o relatório de execução dos recursos do FMAS. A maior parte dos municípios apresentou o relatório com frequência semestral (246 municípios ou 38,5% das ocorrências); comparando com o ano anterior, a frequência semestral também teve maior concentração, mas eram 231 municípios (ou 37,3% dos casos).

O repasse de recursos estaduais para os municípios está demonstrado no Gráfico 5. Destaca-se que no ano de 2014, 497 municípios (ou 77,8% do total) receberam recursos estaduais via fundo-a-fundo, quando comparado com o ano anterior, são 17 municípios a mais. Os municípios que responderam não ter recebido recursos estaduais aumentaram, de 3 para 6 municípios (que representa 0,9% dos que responderam ao Censo Suas), quando comparado com os dois últimos anos anteriores.

GRÁFICO 5 – QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS QUE RECEBEM RECURSOS ESTADUAIS PARA O COFINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL POR MODALIDADE DE REPASSE, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



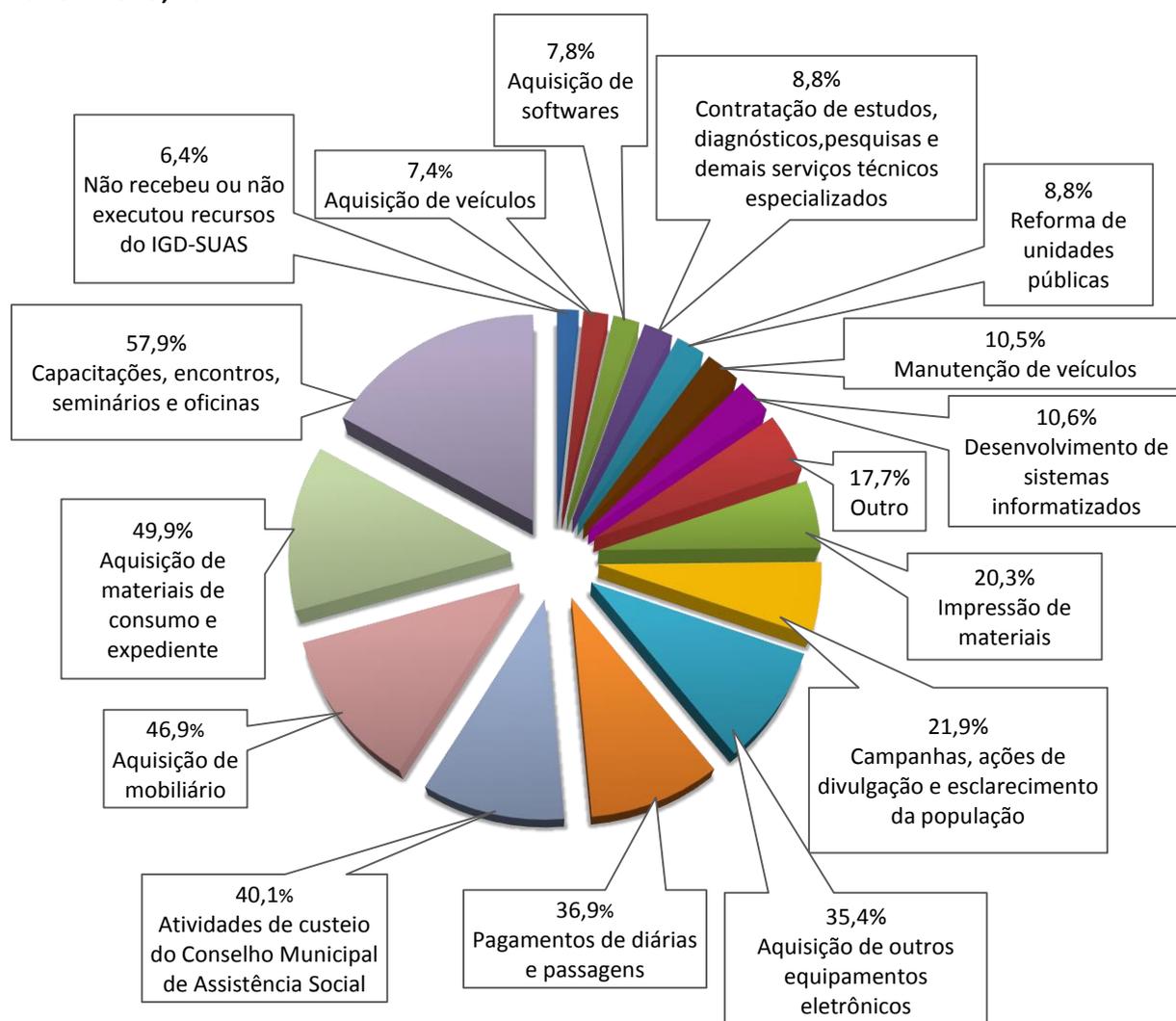
Fonte: MDS, Censo SUAS 2012, 2013 e 2014. **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012, de 2013 e de 2014.

O Gráfico 6 distribui os percentuais por tipo de utilização dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD/SUAS) pelos municípios. Nota-se que a maioria dos municípios (425 ou 66,5% dos que responderam ao Censo Suas 2014) utilizam os recursos para “capacitação, encontros, seminários e oficinas”, 36 municípios a menos que no ano anterior. A quantidade de municípios que “não recebeu ou não executou recursos do IGD-SUAS” são 41 ou 6,4% dos que responderam ao Censo Suas 2014, ou seja, são 17 municípios a menos que no ano anterior.

Como destaque, mesmo o artigo 12A, § 4º da Lei 12.435 de 2011 fixando que percentual dos recursos transferidos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD SUAS) deverá ser gasto com atividades de apoio técnico e operacional dos conselhos e, posteriormente, o artigo 121, VII, da NOB SUAS de 2012 estabelecendo que o mínimo de 3% desses recursos fossem destinados para este fim, apenas 40,1% dos municípios que responderam o Censo Suas 2014 (ou 256 municípios do estado de São

Paulo) informaram utilizar os recursos do IGD SUAS para as atividades de custeio do Conselho Municipal de Assistência Social.

GRÁFICO 6 – PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS POR TIPO DE UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO IGD-SUAS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

A utilização de recursos do cofinanciamento federal de serviços para pagamento de servidores públicos que integram as Equipes de Referência, conforme disposto no artigo 6ºE da Lei Orgânica da Assistência Social, foi mencionada por 168 municípios ou 26,3% dos que responderam ao Censo Suas 2014, o que representa 76 municípios a mais que no ano anterior. Dos municípios que utilizam estes recursos, um total de 103 (ou 61,3% dos que responderam ao Censo Suas 2014) utilizam o percentual de 41 a 60 por cento dos recursos com o pagamento de servidores públicos das Equipes de Referência do SUAS e 5 municípios ou 3% não sabem informar o percentual gasto.

GESTÃO DO TRABALHO

Nos termos do artigo 109, da NOB/SUAS 2012, a gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional.

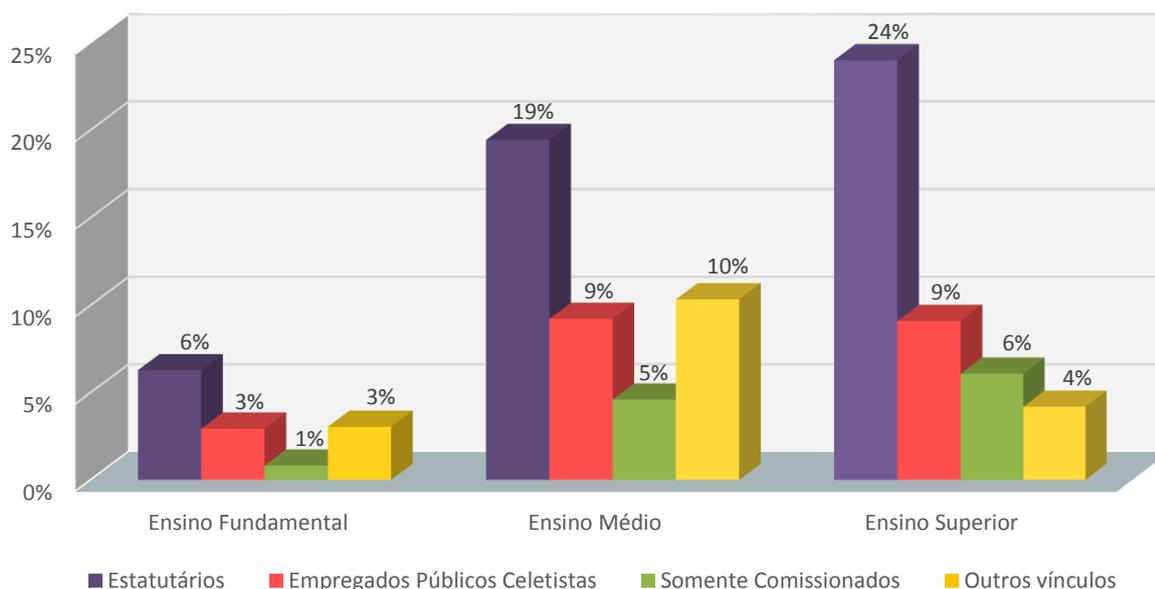
Neste sentido, o Censo Suas identifica a existência de Mesa de Negociação Permanente do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no órgão gestor municipal da assistência social, conforme previsto na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). Assim, verificou-se que, no estado de São Paulo, somente 18 municípios dos que responderam ao Censo em 2014 (correspondendo a 2,8% do total) informaram possuir mesa de negociação instalada. Houve aumento de 9 municípios, quando comparado com os dados do ano anterior.

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) está implantado em 87 municípios (13,6% do total), o que representa 39 municípios a mais do que no ano anterior. Para a maior parte dos municípios (65, ou 74,7% do total de citações), a última atualização do PCCS ocorreu entre os anos de 2011 e 2014.

De acordo com os municípios que responderam ao Censo em 2014, no Estado de São Paulo existem 8.508 trabalhadores lotados na sede dos Órgãos Gestores Municipais da Assistência Social, número que corresponde a aproximadamente 29,4% da quantidade total de trabalhadores. Comparando com os dados do ano anterior (2013), verifica-se que apenas na sede do Órgão Gestor eram lotados 8.122 trabalhadores, constatando-se um aumento de 386 trabalhadores no total geral entre 2013 e 2014. Quando são incluídos os trabalhadores das unidades públicas que ofertam os serviços socioassistenciais, esse total aumenta de 8.508 para 28.923 trabalhadores, sendo que 14.370 são trabalhadores estatutários que prestam serviços no Órgão Gestor Municipal e nas Unidades Públicas (considerando sede e serviços).

Comparando o número total dos trabalhadores que prestam serviços no Órgão Gestor Municipal e nas Unidades Públicas por tipo de vínculo e escolaridade, temos as seguintes proporções: no ensino fundamental 6% possuem vínculo estatutário, 3% são empregados Públicos Celetistas, 1% são comissionados e 3% possuem outros vínculos. No ensino médio há um acréscimo em todos os vínculos com 19% de estatutários, 9% de empregados Públicos Celetistas, 5% de comissionados e 10% de outros vínculos. No Ensino superior o acréscimo ocorre apenas no vínculo estatutário com 24%. Os empregados Públicos Celetistas ficam em 9%, os comissionados são 6% e os que possuem outros vínculos ficam em 4%. Observando o Gráfico 7, nota-se que, em todos os níveis de escolaridade o maior número de trabalhadores lotados no órgão Gestor Municipal são os com vínculo estatutário.

GRÁFICO 7 - TRABALHADORES LOTADOS NA SEDE DO ÓRGÃO GESTOR MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E NAS UNIDADES PÚBLICAS, POR TIPO DE VÍNCULO E ESCOLARIDADE, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

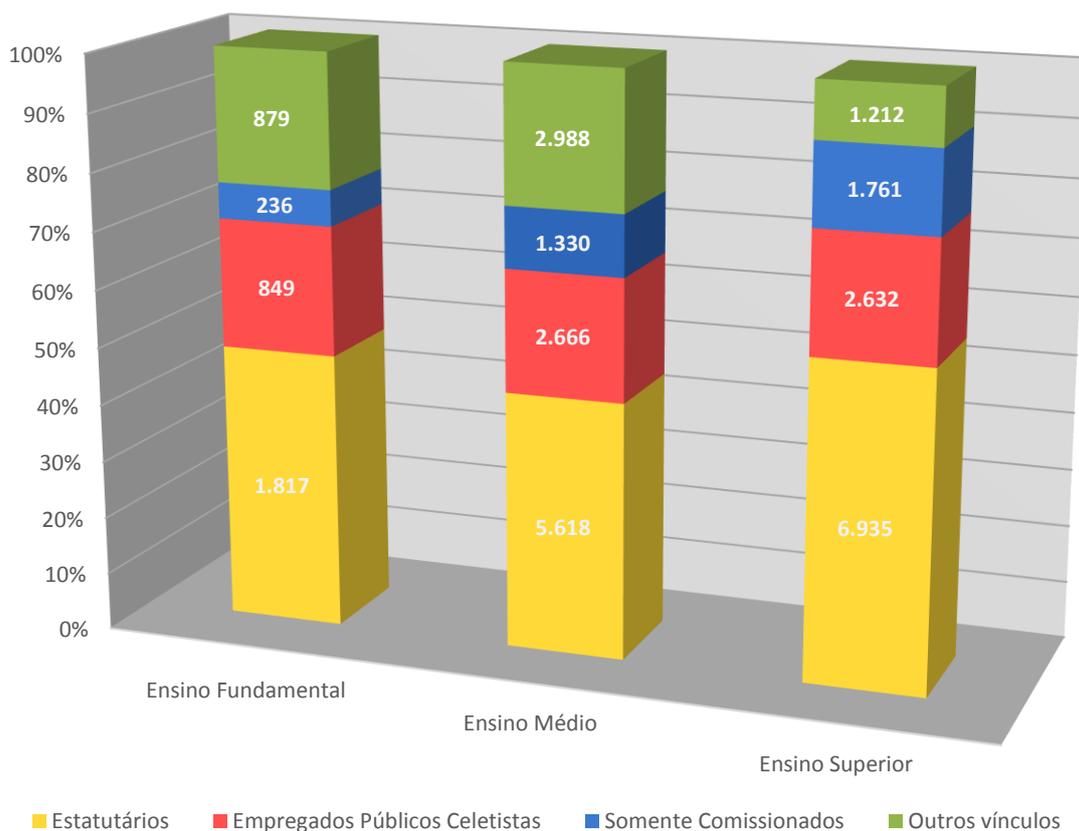


Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2014.

Em relação à escolaridade, os dados demonstram que os trabalhadores com ensino fundamental estão em menor número em todas as categorias, assim como os maiores números de trabalhadores em todas as categorias são os estatutários. Já os de nível superior são maioria dentre os estatutários e os somente comissionados.

Destacam-se ainda que o número total de trabalhadores estatutários é maior que o número total de trabalhadores tanto da categoria de público celetista, quanto da categoria de comissionados e/ou outros vínculos.

GRÁFICO 8 – NÚMERO DE TRABALHADORES DO ÓRGÃO GESTORES MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL POR PORTE POPULACIONAL E ESCOLARIDADE, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

Vale ressaltar que os trabalhadores de nível superior das Secretarias Municipais de Assistência Social, contando os trabalhadores do órgão gestor e dos serviços socioassistenciais, somam-se em 12.540 ou 43% do total trabalhadores.

A formação profissional desses trabalhadores¹ foi identificada no Censo SUAS 2014, sendo observado 9.450 trabalhadores, ou 75%, como de nível superior. Quando comparado com o ano anterior, esses trabalhadores tiveram um aumento na quantidade total (em números absolutos), mas se mantiveram no mesmo valor em números percentuais (75%), conforme demonstra a Tabela 4.

¹ A formação profissional dos trabalhadores do SUAS são aquelas reconhecidas pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS n.º 17, de 20 de junho de 2011.

TABELA 4: TRABALHADORES DE NÍVEL SUPERIOR IDENTIFICADOS POR ÁREAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2012, 2013 E 2014.

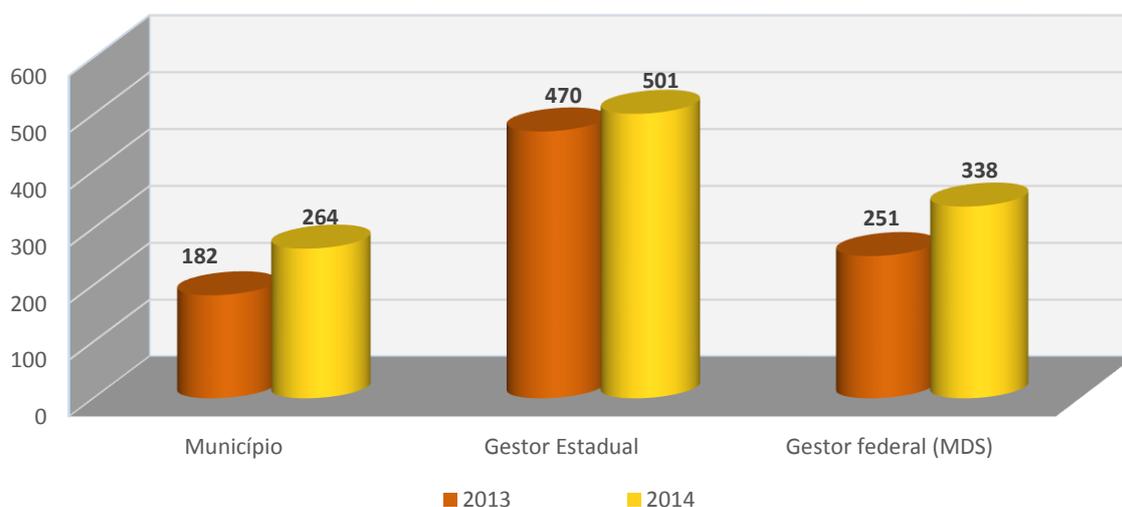
Profissão	Ano		
	2012	2013	2014
Assistente Social	5.073	5.105	5.480
Psicólogo (a)	1.779	1.829	2.036
Pedagogo (a)	1.155	1.058	974
Advogado (a)	350	337	325
Antropólogo (a)	2	2	2
Sociólogo (a)	57	58	53
Terapeuta Ocupacional	53	57	79
Contador (a)	78	95	96
Economista	28	33	34
Administrador (a)	407	359	351
Economista Doméstico	5	32	4
Estatístico	NA	3	2
Musicoterapeuta	NA	10	14
Total de Trabalhadores com Profissões identificadas	8.987	8.978	9.450
Percentual do total de trabalhadores de nível superior	79%	75%	75%

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012, 2013 e 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012, agosto de 2013 e agosto de 2014. **Nota:** "NA" significa "não se aplica", tendo em vista a informação não existir no Censo Suas 2012.

O número de municípios cujos trabalhadores tiveram acesso à capacitação presencial também aumentou em relação ao ano anterior: foram 583 neste Censo SUAS (ou 91,2% do total), contra 534 no Censo de 2013 (equivalendo a 86% do total). O mesmo foi verificado em relação ao número de municípios cujos trabalhadores tiveram acesso a capacitação à distância: em 2014, foram 370 (57,9%), sendo que, no ano anterior foram 318 municípios (51%).

A oferta ou promoção das capacitações presenciais para os trabalhadores da Assistência Social dos municípios está identificada no Gráfico 9. Nota-se que o Órgão Gestor Estadual aparece com maior promoção de cursos ampliando a oferta de um ano para outro (de 470 oportunidades no Censo Suas 2013, para 501 oportunidades no Censo Suas 2014). Para os demais entes federados a oferta ou promoção de capacitações presenciais aumentou em relação ao Censo SUAS do ano anterior.

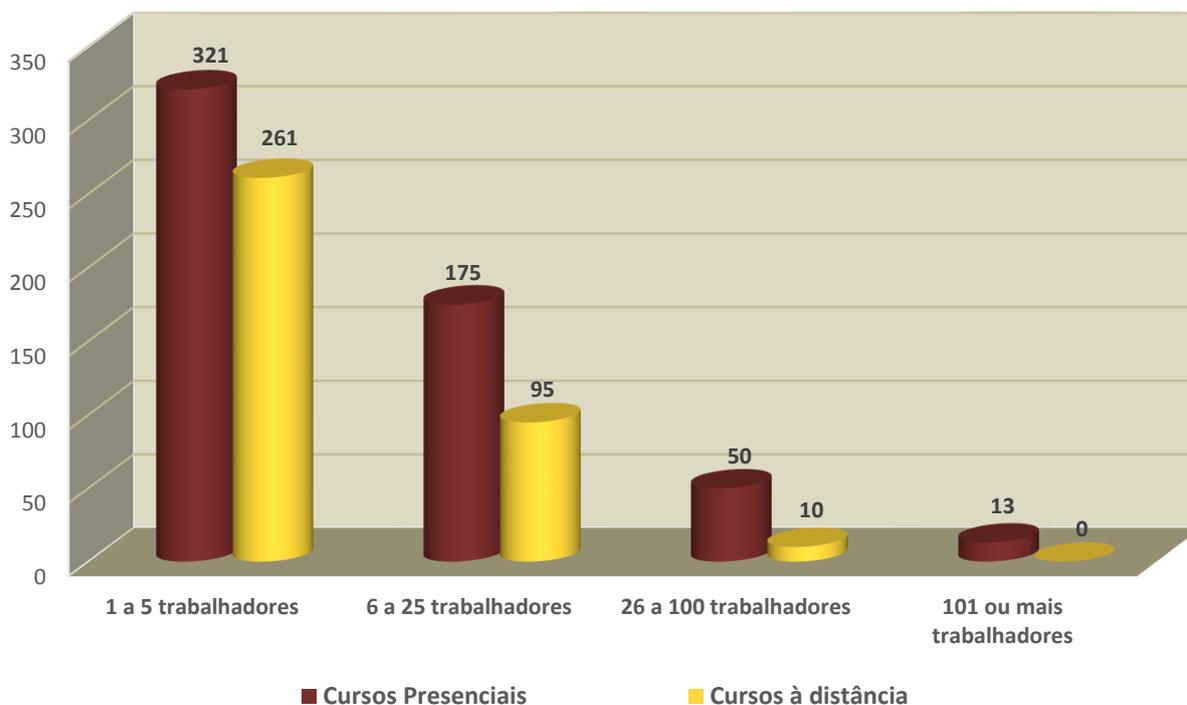
GRÁFICO 9: REALIZAÇÃO DE CURSOS PRESENCIAIS DE CAPACITAÇÃO PARA OS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO, POR ENTE (S) FEDERADO (S), ESTADO DE SÃO PAULO, 2012 E 2013.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2013 e 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2013 e agosto de 2014.

A oferta ou promoção de cursos presenciais e à distância (EAD) de capacitação para os trabalhadores da Assistência Social dos municípios está identificada no Gráfico 9. Nota-se que a oferta de cursos presenciais, em 2014 aparece em maior número que em 2013 para todos os grupos de trabalhadores. No sentido oposto, a oferta ou promoção de capacitações à distância aumentaram em relação ao ano anterior, sendo que o grupo composto por menor número de servidores teve maior adesão.

GRÁFICO 10: PROMOÇÃO DE CURSOS À DISTÂNCIA (EAD) DE CAPACITAÇÃO PARA OS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014. **Nota:** Os percentuais estão apontados em relação ao número de Secretarias que responderam à questão.

Na Tabela 5, está demonstrado a temática dos cursos de capacitação oferecido aos trabalhadores da assistência social no estado de São Paulo entre os anos de 2012, 2013 e 2014. Comparando os dados do Censo SUAS de 2014 com os anos anteriores, podemos observar que diminuíram as capacitações em 3 temáticas: “Estrutura, normas e funcionamento do SUAS”, “Gestão do Território” e “Monitoramento e Avaliação”. No entanto, ressalta-se que, apenas a temática “Estrutura, normas e funcionamento do SUAS” teve decréscimo, nos anos de 2012, 2013 e 2014. Os outros dois temas, “Gestão do Território” e “Monitoramento e Avaliação” diminuíram em 2014, quando comparado com o ano de 2013.

Os temas que tiveram maior atenção nas capacitações, de um ano para outro, foram “Cadastro Único de Programas Sociais/CadÚnico” mencionado por 478 municípios, “Bolsa Família” citado por 410 municípios e “Metodologias do trabalho social com famílias” por 310 municípios. Já o tema “Acolhimento (abrigo) de Crianças e Adolescentes” teve um pequeno aumento de 2012 para 2013 e quase dobrou de 2013 para 2014. “Álcool e Drogas” teve uma diminuição de 2012 para 2013 (eram 136 para 129 respectivamente) e aumentou em 21 pontos, de 2013 para 2014 (157 municípios). “Acolhimento (abrigo) de pessoas em situação de rua” teve uma diminuição de 2012 para 2013 (de 21 para 16 respectivamente) e aumentou de 2013 para 2014, sendo mencionado por 32 municípios.

Destaca-se ainda que, o maior percentual dentre todos os temas, apesar da redução de 2012 para 2013, foram as capacitações do CadÚnico, com 478 ou 79,7% em 2014, 366 ou 65,8% em 2013 e 410 ou 77,4% em 2012.

TABELA 5: ÁREAS TEMÁTICAS DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO REALIZADOS PELOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2012 A 2014.

Áreas/Temas	2012		2013		2014	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Metodologias do trabalho social com famílias	263	49,6	300	54	319	53,2
Metodologias para desenvolvimento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	207	39,1	268	48,2	353	58,8
Atendimento a situações de violência e violação de direitos	139	26,2	153	27,5	164	27,3
Atendimento à População em situação de Rua	57	10,8	54	9,7	78	13
Atendimento a Pessoas com Deficiência	43	8,1	44	7,9	51	8,5
Medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei	210	39,6	272	48,9	330	55
Acolhimento (abrigo) de Crianças e Adolescentes	87	16,4	88	15,8	161	26,8
Acolhimento (abrigo) de idosos	31	5,8	24	4,3	34	5,7
Acolhimento (abrigo) de pessoas em situação de rua	21	4	16	2,9	32	5,3
Estrutura, normas e funcionamento do SUAS	260	49,1	256	46	222	37
Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS	143	27	177	31,8	181	30,2
Cadastro Único de Programas Sociais/CadÚnico	410	77,4	366	65,8	478	79,7
Bolsa Família	317	59,8	279	50,2	410	68,3
Sistemas de Informação do SUAS	171	32,3	146	26,3	153	25,5
Vigilância Socioassistencial	114	21,5	130	23,4	135	22,5
Monitoramento e Avaliação	108	20,4	127	22,8	107	17,8
Gestão do Território	81	15,3	90	16,2	47	7,8
Álcool e Drogas	136	25,7	129	23,2	157	26,2
Ações da Assistência Social para lidar com situações de emergência e calamidade pública	0	0	0	0	19	3,2
Outras	45	8,5	75	13,5	50	8,3

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012, 2013 e 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012, 2013 e 2014.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é o principal serviço desenvolvido pelos CRAS. Existem 611 municípios (ou 95,6% dos que responderam ao Censo) que desenvolvem esse serviço e 28 municípios (ou 4,4%) que não realizam este serviço. No ano anterior eram 572 municípios (ou 92,4% dos que responderam ao Censo) que desenvolviam esse serviço e 47 municípios (ou 7,6%) que não realizavam. Estes dados demonstram que aumentou a oferta desse serviço.

Em relação às unidades da rede de serviços socioassistenciais da PSB (Tabela 6), nota-se que o tipo de unidade com maior volume no Estado de São Paulo são os Centros de Convivência. Essa rede é composta por 794 unidades públicas e 1.847 unidades não governamentais conveniadas. Comparando esses dados com o ano anterior, percebe-se que a implantação dessas unidades aumentou em 42 unidades públicas e 379 unidades não governamentais conveniadas. Seguindo a comparação com o ano anterior, a presença dos CRAS também aumentou, foram instaladas 86 novas unidades.

TABELA 6: TOTAL DE UNIDADES DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DOS MUNICÍPIOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2013 e 2014.

Unidades da Rede	Públicas		Não Governamentais Conveniadas		Total	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
CRAS	961	1047	NA	NA	961	1.047
Centro de Convivência	752	794	1.468	1.847	2.220	2.641
Outras unidades de proteção social básica	450	339	534	454	984	793

Fonte: MDS, Censo SUAS 2013 e 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2013 e 2014. **Nota:** “NA” significa não se aplica.

Sobre a organização do atendimento das crianças em situação de trabalho infantil que frequentam os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, existem 24 municípios, ou 3,8% dos que responderam ao Censo Suas 2014, que mantém “grupos exclusivos para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil”, o que corresponde a um município a mais que no ano de 2013.

Os municípios que mantêm “grupos mistos de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e outras crianças e adolescentes”, são 434 municípios ou 67,9% dos que responderam ao Censo Suas 2014, ou seja, são 42 municípios a mais que no ano anterior. Ainda, em 181 municípios (ou 28,3%) “não existe oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a 15 anos”, dados que correspondem a 23 municípios a menos que no ano anterior.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (PSE)

A Proteção Social Especial (PSE) tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. A segurança de acolhida e de proteção se dá por meio dos serviços da PSE de média complexidade que estão vinculados e articulados junto aos Centros de Referência Especializado da Proteção Social e/ou Centro Pop e são o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço Especializado em Abordagem Social, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e por fim o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, complementarmente existem programas e projetos associados a estes serviços.

Contudo, em casos de fragilização ou perda de vínculos familiares ou comunitários, se faz necessário a acolhida dos serviços da PSE de alta complexidade que são as quatro modalidades de acolhimento institucional (abrigo, casa-lar, casa de passagem e residência inclusiva), além da república, família acolhedora e proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, complementarmente existem programas e projetos associados a estes serviços.

Média Complexidade

Dentre os 639 municípios respondentes do Censo Suas, 283 (44,3%) órgãos gestores possuem equipe de gestão para a Proteção Social Especial de Média Complexidade, 297 (46,5%) não possuem equipe mas fazem a gestão e 59 (9,2%) municípios responderam que não possuem Serviço de Média Complexidade.

Nas questões de violação de direitos, dos 419 municípios que responderam a esta questão, 251 disseram que os atendimentos são encaminhados ao CRAS, 50 para entidades conveniadas, 20 para os CREAS regionais a que está vinculado e 7 para o CREAS do município vizinho.

Em relação ao enfrentamento do trabalho infantil, 423 municípios informaram não contar com equipe ou pessoa de referência responsável pela gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, 97 informaram que a gestão está na Proteção Social Especial, 69 informaram que a gestão está na Proteção Social Básica, 20 informaram que a gestão está vinculada diretamente ao gabinete do Secretário e 30 em outros setores.

As ações realizadas pelos municípios para enfrentamento estão detalhadas na Tabela 7, e nota-se que a principal ação desenvolvida são “campanhas, mobilização e sensibilização” que são realizadas em 223 ou 34,9% dos municípios. A ação que aparece com menor incidência é a elaboração de estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil com presença em 54 ou 8,5% dos municípios.

TABELA 7: AÇÕES REALIZADAS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO PARA ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

Ações	Quantidade	%
Não realizam	257	40,2
Realiza		
Campanhas, mobilização e sensibilização	223	34,9
Atividades de abordagem social em espaços públicos	124	19,4
Busca ativa de famílias com situação de trabalho infantil para inclusão no CadÚnico.	181	28,3
Encaminha/inclui		
Crianças e adolescentes em trabalho infantil para os/nos Serviços de Convivência	224	35,1
Famílias com situação de trabalho infantil para o/no PAIF/CRAS	238	37,2
Famílias com situação de trabalho infantil para o/no PAEFI/CREAS	112	17,5
Encaminha		
Famílias e indivíduos para a aplicação de medidas protetivas à família	120	18,8
Famílias com situação de trabalho infantil para programas e projetos de capacitação profissional	118	18,5
Famílias com situação de trabalho infantil para programas e projetos de inclusão produtiva e/ou geração de trabalho e renda	114	17,8
Famílias com situação de trabalho infantil para atendimento em outras políticas públicas	174	28,1
Famílias com situação de trabalho infantil para os órgãos de defesa e responsabilização	99	16
Outros		
Elabora estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil no município	54	8,5

Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

Na PSE de média complexidade é ofertado o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) que é executado em 185 CREAS, 27 em outras unidades públicas, 47 em unidades não governamentais conveniadas e 334 na própria sede do órgão gestor.

TABELA 8: TOTAL DE UNIDADES DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE DOS MUNICÍPIOS POR TIPO DE UNIDADE, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

Unidades da Rede	Públicas	Não Governamentais Conveniadas	Total
CREAS	260	NA	260
Unidades para atendimento a pessoas em situação de rua	101	58	159
Centro Dia	47	36	83
Unidades exclusivas de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de LA ou PSC	262	114	376
Outras Unidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade	98	427	525

Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014. **Nota:** "NA" significa não se aplica.

Em relação à gestão municipal dos serviços socioassistenciais (Tabela 8), nota-se que na PSE de média complexidade as unidades com maior volume no Estado de São Paulo são as exclusivas de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de LA ou PSC, sendo 262 públicas e 114 não governamentais conveniadas seguidas de outras unidades que não especificam os serviços, que são 98 unidades públicas e 427 unidades não governamentais conveniadas.

Alta Complexidade

Com relação a Proteção Social Especial de Alta complexidade, dos 639 municípios respondentes do Censo Suas, 196 (30,7%) responderam que o órgão gestor da Assistência Social possui equipe de gestão, 291 (45,5%) não possuem equipe mas fazem a gestão da proteção Social Especial e 152 (23,8%) municípios disseram não possuir Serviço de Acolhimento.

Na gestão municipal dos serviços socioassistenciais (Tabela 9), na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a unidade que aparece com maior evidência são as unidades de acolhimento para crianças e adolescentes, sendo 218 públicas e 564 não governamentais conveniadas. Outros serviços que também aparecem em grande volume, mas com execução feita apenas por unidades não governamentais conveniadas, são as Unidades de acolhimento para idosos e as unidades para pessoas em situação de rua, respectivamente.

TABELA 9: TOTAL DE UNIDADES DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE DOS MUNICÍPIOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

Unidades da Rede	Públicas	Não Governamentais Conveniadas	Total
Unidade de Acolhimento para crianças e adolescentes	218	564	782
Unidade de Acolhimento para jovens egressos dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes	2	20	22
Unidade de Acolhimento para idosos	28	507	535
Unidade de Acolhimento para pessoas em situação de rua	48	177	225
Unidade de Acolhimento para pessoas com deficiência	2	63	65
Unidade de Acolhimento para mulheres vítimas de violência	16	24	40
Outras Unidades de Acolhimento	7	106	113

Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

No Censo Suas 2013, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora da proteção social especial de alta complexidade, no Estado de São Paulo, estava implantado em 47 municípios ou 7,6% dos que responderam ao Censo. No Censo de 2014, esse serviço aparece como implantado em 42 municípios ou 8,6% e, desses, 36

serviços estão regulamentados por lei municipal e 26 serviços possuem inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social. Quanto à gestão do serviço, a maior parte é executada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (33 ou 78,6% dos municípios). Além disso, o repasse de subsídio financeiro para as famílias acolhedoras é viabilizado por 36 municípios.

Outro serviço da proteção social especial é o de apoio e proteção a pessoas e famílias afetadas por situação de emergência ou de calamidade pública, e no Estado de São Paulo, de acordo com os dados do Censo Suas 2014, 276 ou 43,2% dos municípios tinham o serviço implantado.

No período de agosto de 2013 a agosto de 2014, 51 ou 8,0% dos municípios informaram que tiveram que abrigar em alojamentos provisórios pessoas atingidas por situações de emergência ou de calamidade pública. Destes, 16 municípios acolheram em alojamentos provisórios de 0 a 20 pessoas desabrigadas, e 35 municípios atenderam de 21 ou mais pessoas desabrigadas.

A articulação com o Órgão Municipal de Defesa Civil ocorre em 364 ou 57% dos municípios, e em outros 209 (ou 32,7% do total) não existe órgão de Defesa Civil.

GESTÃO DE BENEFÍCIOS

Os benefícios da política de assistência social são direitos dos cidadãos que atendem aos critérios da Lei Orgânica de Assistência Social. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um dos principais benefícios e corresponde ao valor de um salário mínimo mensal pago às pessoas idosas (com 65 anos ou mais) que não têm direito à previdência social e/ou às pessoas com deficiência que não podem garantir sua sobrevivência, por conta própria ou com o apoio de sua família.

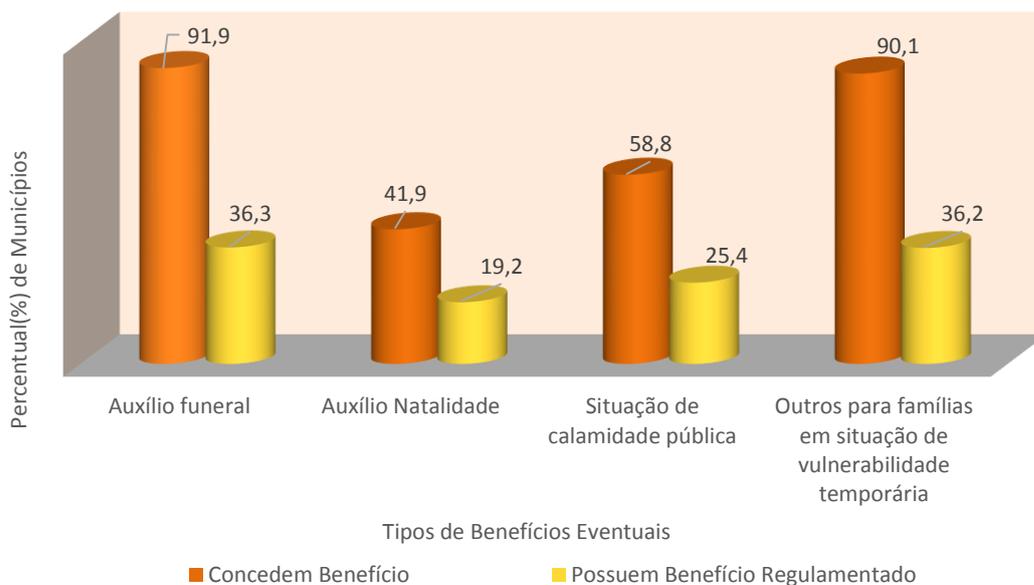
No Estado de São Paulo, são 603 municípios (94,4% dos que responderam ao Censo SUAS 2014) que desenvolvem ações relativas ao BPC, mesma quantidade de municípios que no ano anterior.

As principais ações desenvolvidas para os beneficiários do BPC são: “encaminhar possíveis beneficiários ao INSS”, em 581 municípios ou 96,4% (no ano anterior eram 19 municípios a menos) e “orientar a população beneficiária sobre seus direitos e procedimentos para o acesso ao BPC”, em 575 municípios ou 95,4% (no ano anterior eram 2 municípios a mais).

A menor incidência de ação desenvolvida refere-se à “realização de estudos sobre as condições de vulnerabilidade das famílias com idosos e pessoas com deficiência”, citado por 309 municípios ou 51,2% dos que responderam ao Censo Suas 2014, que corresponde a 2 municípios a mais que no ano anterior.

O Gráfico 11 demonstra que os benefícios eventuais são concedidos por mais de 42% dos respondentes do Censo Suas 2014, mas a sua regulamentação é inferior a 37% dos respondentes, para todos os tipos dos benefícios eventuais. Chama a atenção que são 587 municípios ou 91,9% dos respondentes que concedem o auxílio funeral e apenas 232 municípios ou 36,3% possuem esse benefício regulamentado.

GRÁFICO 11 – PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS POR TIPO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS CONCEDIDOS E REGULAMENTADOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

Em relação a existência de programas municipais de transferência de renda, foi identificado que 87 municípios, ou 13,6% dos que responderam ao Censo Suas 2014, possuem programas próprios, o que representa 8 municípios a mais que no ano anterior. Desses municípios que possuem programas próprios de transferência de renda, 82 ou 94,3% estão sob gestão do órgão gestor da assistência social e são regulamentados por lei; esse dado corresponde a 7 municípios a mais que no ano anterior.

O número de beneficiários dos programas de transferência de renda (PTR) dos municípios está demonstrado na Tabela 10. Nota-se que a maior concentração é de municípios que possuem de 0 a 100 famílias beneficiárias (51 municípios ou 60,0%). A menor concentração é de municípios (2 ou 2,4%) que possuem 5.001 ou mais famílias.

TABELA 10: QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS COM FAMÍLIAS QUE RECEBEM BENEFÍCIOS DE PROGRAMAS MUNICIPAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.

Total de famílias	Quantidade	%
0 a 100 famílias	51	60,0
101 a 500 famílias	21	24,7
501 a 1.000 famílias	5	5,9
1001 a 5.000 famílias	6	7,1
5.001 ou mais famílias	2	2,4
Total*	85	100,0

Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014. * Teve 2 municípios que assinalaram a opção "Não sabe" para esta questão.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

A NOB/SUAS 2012, em seu artigo 87, descreve a Vigilância Socioassistencial como uma das funções da política de assistência social, a qual é realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, tendo o papel de verificar o tipo, o volume e os padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. Deve tratar das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios.

No Censo SUAS 2014, dentre as opções relacionadas com as atividades de Vigilância Socioassistencial realizadas pelos Órgãos Gestores Municipais, a que recebeu a maior quantidade de citações foi “coordenação, acompanhamento e apoio ao processo de preenchimento do Censo SUAS”, citada por 424 municípios (66,4%), que corresponde a 19 municípios a mais que no ano anterior. A atividade que teve menor incidência nos municípios foi “definição de instrumentos e fluxos de notificação compulsória das situações de violência e violação de direitos atendidos”, sendo mencionada por 52 municípios ou 8,1% dos respondentes, que equivale a 9 municípios a menos que no ano anterior. Esses e os dados das outras opções relacionadas estão demonstrados na Tabela 11.

TABELA 11: ATIVIDADES RELACIONADAS À VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL REALIZADAS PELO ÓRGÃO GESTOR, ESTADO DE SÃO PAULO, 2013 e 2014.

Atividades	2013		2014	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Definição de instrumentos e fluxos de Notificação Compulsória das situações de violência e violação de direitos atendidos	61	9,9%	52	8,1%
Concepção de sistemas de informação	77	12,4%	84	13,1%
Produção de indicadores ou diagnósticos relativos à incidência de situações de violência e violação de direitos	84	13,6%	90	14,1%
Desenvolvimento de sistemas de informação	87	14,1%	100	15,6%
Produção de indicadores ou análises baseadas em microdados do Censo 2010 - IBGE	111	17,9%	108	16,9%
Produção de indicadores ou análises relativas à oferta de serviços e benefícios socioassistenciais	151	24,4%	137	21,4%
Produção de indicadores ou análises relativas à demanda por serviços e benefícios socioassistenciais	175	28,3%	154	24,1%
Elaboração ou atualização de diagnósticos socioterritoriais das áreas de abrangência dos CRAS	190	30,7%	171	26,8%
Elaboração ou atualização de diagnóstico socioterritorial do município	172	27,8%	178	27,9%
Desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados para levantamento de informações junto aos serviços	187	30,2%	201	31,5%
Produção de indicadores ou análises de vulnerabilidades sociais a partir de dados do CadÚnico	213	34,4%	207	32,4%
Fornecimento de informações sobre as famílias do Cadastro Único para os CRAS e CREAS, para busca ativa e as atividades de planejamento da Unidade	258	41,7%	254	39,7%
Monitoramento de ações de busca ativa voltadas a públicos prioritários	244	39,4%	254	39,7%
Fornecimento de informações sobre as famílias do BPC para os CRAS e CREAS, para auxiliar busca ativa e as atividades de planejamento da Unidade	235	38,0%	255	39,9%
Monitoramento dos padrões de qualidade dos serviços prestados pela rede pública e/ou conveniada	295	47,7%	264	41,3%
Planejamento e/ou coordenação de ações de busca ativa voltadas a públicos prioritários	273	44,1%	276	43,2%
Gestão e análise das informações dos sistemas de Registro Mensal de Atendimentos dos CRAS e CREAS	380	61,4%	408	63,8%
Gestão local e atualização do CadSUAS (Sistema de Cadastro Nacional do SUAS)	409	66,1%	423	66,2%
Coordenação, acompanhamento e apoio ao processo de preenchimento o Censo SUAS	405	65,4%	424	66,4%
Não desenvolve nenhuma das atividades acima	71	11,5%	82	12,8%

Fonte: MDS, Censo SUAS 2013 e 2014. **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2013 e 2014.

A NOB/SUAS 2012, artigo 6º, estabelece os princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial no SUAS, estando entre esses princípios a garantia do direito dos usuários às informações do respectivo histórico de atendimentos, devidamente registrados nos prontuários do SUAS. Sobre a implantação/utilização do Prontuário SUAS (modelo disponibilizado pelo MDS) nas unidades de CRAS e CREAS, foi adotada como principal diretriz dos Órgãos Gestores Municipais a recomendação da “utilização pelos CRAS e CREAS”, citada

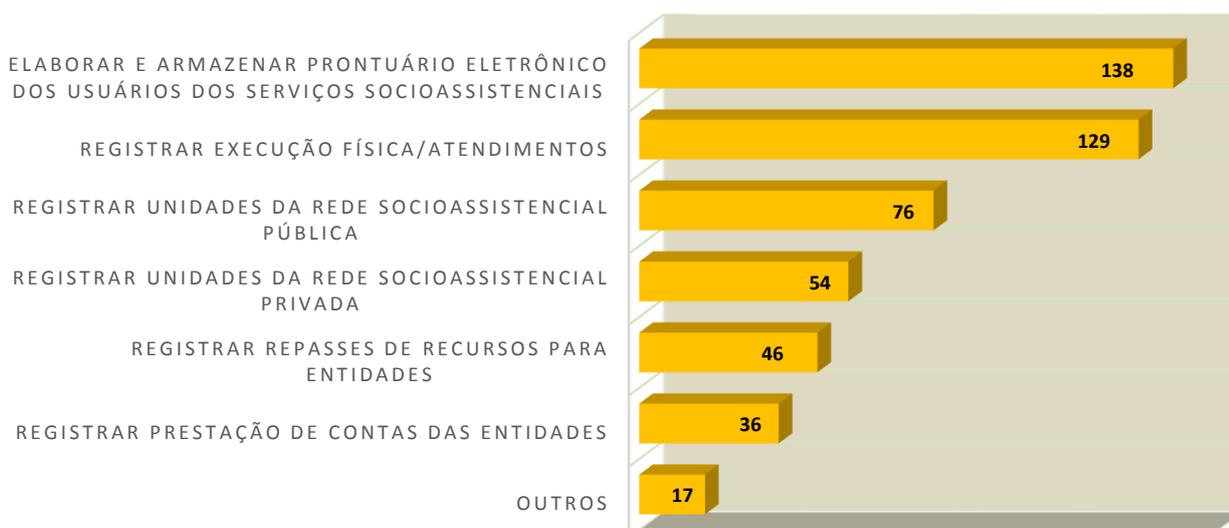
por 417 municípios (ou 65,3% dos que responderam ao Censo); essa diretriz foi adotada por apenas quatro municípios a mais que no ano anterior. Os que “não adotaram diretriz, deixando a critério livre de cada CRAS e CREAS”, foram 204 municípios (ou 31,9%), que corresponde a 19 municípios a mais que no ano anterior, contudo, os que “recomendaram a não utilização pelos CRAS e CREAS”, foram 18 municípios (ou 2,8%), que equivale a 3 municípios a menos que no ano anterior.

Nos últimos 12 meses, os órgãos gestores de 244 municípios, ou 38,2% dos que responderam ao Censo, promoveram reunião/capacitação com os técnicos dos CRAS e CREAS para implantação do Prontuário SUAS, são 50 municípios a menos que no ano anterior. A realização de levantamento ou pesquisa que aponta o número de pessoas em situação de rua no município foi identificada em 189 municípios ou 29,6% dos que responderam ao Censo SUAS 2014, o que corresponde a 9 municípios a mais que no ano anterior. Esse levantamento ou pesquisa foi realizado pela equipe do próprio órgão gestor ou outra unidade do poder público municipal em 168 municípios ou 88,9%, sendo 4 municípios a mais que no ano anterior. É importante destacar que, a equipe própria do órgão gestor para realização de pesquisas relaciona-se com a área de Vigilância Socioassistencial.

Em relação à composição da área de Vigilância Socioassistencial, 76 municípios ou 11,9% dos que responderam ao Censo Suas possuem profissionais exclusivamente dedicados a esta área, o que corresponde a 8 municípios a menos que no ano anterior. Os profissionais exclusivos da área de Vigilância Socioassistencial são 197 de nível superior (um a menos que no ano anterior) e 56 de nível médio (8 a mais que no ano anterior), ao todo são 257 profissionais ou 13 a mais que no ano anterior.

Em relação ao uso de sistema de informação próprio para gerenciar a política de assistência Social, existem 172 municípios que informaram utilizar sistemas próprios (26,9% dos que responderam ao Censo Suas 2014). Dentre as atividades que esses sistemas próprios possuem, a mais citada foi “elaborar e armazenar Prontuário Eletrônico dos usuários dos Serviços Socioassistenciais”, indicada 138 vezes, ou por 80,2% das respostas (O Gráfico 13). Já a menor incidência foi com relação a “registrar prestação de contas das entidades”, mencionado 36 vezes ou 20,9% das respostas e em relação a “outros” fins não identificados foi citado 17 vezes (9,9% das respostas).

GRÁFICO 13: ATIVIDADES PERMITIDAS PELOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PRÓPRIOS DOS MUNICÍPIOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2014.

AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA

Conforme os municípios que responderam ao Censo Suas 2014, existem 476 ou 74,5% dos respondentes que desenvolvem ações, programas ou projetos de inclusão produtiva para geração de trabalho e renda, sendo a realização feita por 79 municípios (12,4%) exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social e por 345 municípios (54,0%) pela Secretaria de Assistência Social e outras Secretarias Municipais. Destaca-se que existem 21 municípios ou 3,3% dos respondentes que “não sabem” informar e 142 municípios ou 22,2% dos respondentes que “não desenvolvem” esta ação.

No mesmo sentido, os municípios que desenvolvem ações, programas ou projetos de formação, qualificação ou capacitação profissional são ao todo 551 municípios (86,2%), sendo que 73 municípios (11,4%) desenvolvem exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social e 412 municípios (64,5%) fazem pela Secretaria de Assistência Social e por outras Secretarias Municipais. Chama a atenção que existem 12 municípios ou 1,9% dos respondentes que “não sabem” informar e 76 municípios ou 11,9% dos respondentes que “ não desenvolvem” esta ação.

As principais oportunidades do mundo do trabalho para as quais os municípios encaminham, de forma rotineira, os usuários da assistência social são os “Cursos técnicos de instituições municipais/estaduais” (373 municípios ou 58,4% dos respondentes), os “Demais cursos do PRONATEC” (275 municípios ou 43,0% dos respondentes) e os “Cursos do PRONATEC-BSM” (231 municípios ou 36,2% dos respondentes). A menor incidência foi mencionada por 63 municípios ou 9,9% dos respondentes e trata-se do encaminhamento para “cooperativas”.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério da Previdência Social. Cartilha Conheça Mais Sobre o BPC: um direito garantido pela constituição federal.

_____. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS) - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social.

_____. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução 109 de 11 de novembro de 2009 (reimpressão 2014) - Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Censo SUAS 2012: CRAS, CREAS, Centros POP, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual e Unidades de Acolhimento. – Brasília, 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Texto compilado até a atualização pela Lei n.º 13.014, de 2014.

São Paulo (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Social. Censo SUAS: Gestão e Conselhos – Estado de São Paulo 2012 - São Paulo, 2014.



GESTÃO ESTADUAL

GESTÃO ESTADUAL

O Censo Suas referente à Gestão Estadual pretende apresentar as características da gestão do SUAS nesta instância, considerando suas atribuições na definição de prioridades Estratégias e ações do estado para a implantação do Sistema Único de Assistência Social.

A gestão das ações na área de assistência social, de acordo com o artigo 6º da LOAS, está organizada na forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas) e seus objetivos são: consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social; estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

Os dados apresentados pelo Censo Suas referente à Gestão Estadual estão compostos pelas seguintes dimensões: ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, GESTÃO DO SUAS, GESTÃO DO TRABALHO, APOIO TÉCNICO, GESTÃO FINANCEIRA, APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS, SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, REGIONALIZAÇÃO, BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS, VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, APOIO AO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL, COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB)

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Censo SUAS 2014 mapeou as características da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em âmbito estadual, considerando suas atribuições, estratégias e ações para prestar apoio técnico e financeiro aos municípios.

Com relação à gestão administrativa, o estado de São Paulo possui uma secretaria exclusiva da área de Assistência, com departamentos, coordenações e 26 subdivisões administrativas descentralizadas². Dentro da estrutura administrativa da Secretaria, é possível encontrar como setores formalmente estabelecidos as áreas de Monitoramento e Avaliação, Gestão do SUAS, Vigilância Socioassistencial e Gestão Financeira e Orçamentária. Por outro lado, existem ainda como setores “informais”: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do Programa Bolsa Família e Gestão dos Benefícios Assistenciais. “Não foram constituídas formal ou informalmente”, como subdivisão administrativa a Gestão do Trabalho e a Regulação do SUAS.

GESTÃO DO SUAS

No estado de São Paulo existe Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS), em 2014. O Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) teve incorporado no seu texto os seguintes itens: “diagnóstico socioterritorial da demanda e oferta de serviços, prioridades e metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual do SUAS, deliberações das Conferências de Assistência Social, recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários, indicadores de monitoramento e avaliação, estratégias para apoio técnico aos municípios e prazo para sua revisão”.

² Denominadas Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS.

Quanto aos instrumentos da Política de Assistência Social, em âmbito estadual, regulamentados por mecanismo legal através de Lei Estadual destacam-se: o Conselho Estadual de Assistência Social, o Fundo Estadual de Assistência Social, projetos e programas de assistência social e a concessão de isenção fiscal para entidades de assistência social.

Pelo mecanismo de Portarias Estaduais, existem os Critérios de repasses de recursos para os municípios e os Critérios de repasses de recursos para entidades.

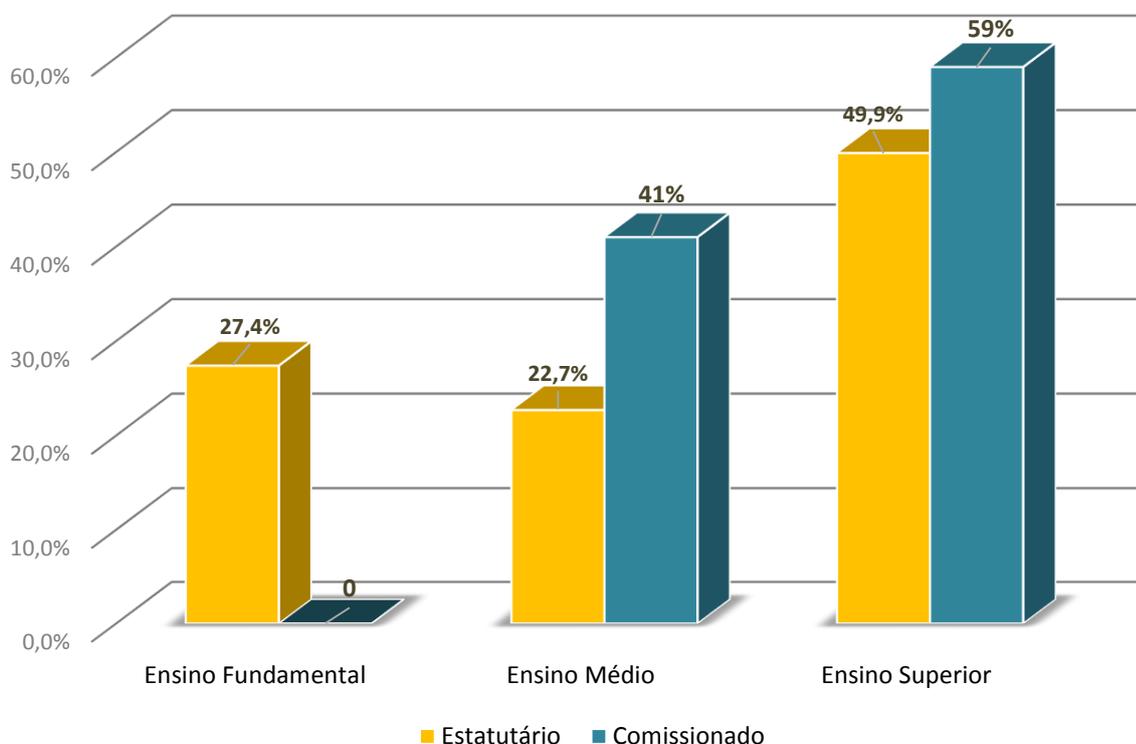
Vários instrumentos ainda não foram objeto de regulamentação, com destaque para a “Política Estadual de Assistência Social e, ainda, os critérios de concessão e prestação de benefícios eventuais, critérios e modalidades do cofinanciamento dos benefícios eventuais e os padrões e parâmetros para a oferta de serviços de assistência social”.

GESTÃO DO TRABALHO

Em relação ao número de trabalhadores que compõem a gestão estadual³, os que possuem ensino superior são 420 (ou 53,2% do total), sendo que destes, 244 tem vínculo estatutário (aproximadamente 30,9% do total).

De acordo com os dados apresentados em 2014, na comparação aos de 2013, observa-se que houve uma diminuição de servidores em relação ao número total de trabalhadores na gestão estadual naquele período. Com o objetivo de desprecarizar os vínculos trabalhistas na gestão do SUAS é recomendável que 60% dos trabalhadores de nível superior e médio tenham vínculo estatutário ou celetista.

GRÁFICO 1: PERCENTUAL DE TRABALHADORES SEGUNDO VÍNCULO EMPREGATÍCIO E ESCOLARIDADE



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2014.

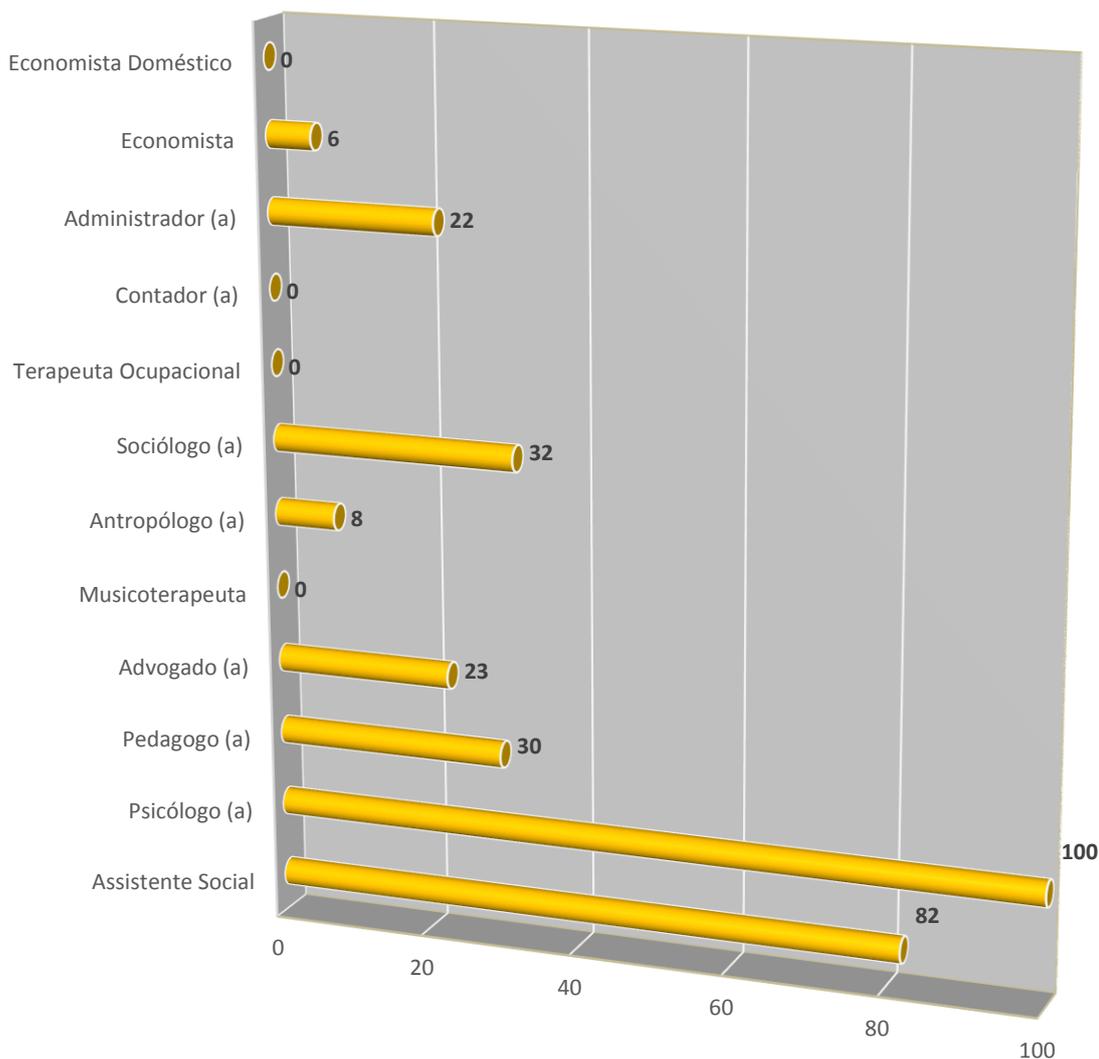
³ Aqui são considerados, os trabalhadores lotados na sede da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS e das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS.

Destaca-se, ainda, que os trabalhadores com ensino médio estão em maior número nos cargos comissionados e, por outro lado, aqueles que possuem o ensino fundamental estão contratados apenas pelo vínculo estatutário.

Dentre os 420 trabalhadores que possuem nível superior, 303 ou 72% do total enquadram-se em áreas de formação específicas listadas no Censo SUAS, conforme distribuídas abaixo, no **Gráfico 2**.

As formações que aparecem em maior quantidade são: psicólogos (33%), assistentes sociais (27,1%), sociólogos (10,9%), pedagogos (9,9%) e advogado (7,6%).

GRÁFICO 2: PROFISSIONAIS POR ÁREA DE FORMAÇÃO



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014.

Outra informação importante é que nos anos de 2013 e 2014 a Secretaria Estadual de Assistência Social não realizou concurso público para contratação de trabalhadores (o último concurso ocorreu em 2007), não implantou a mesa de negociação permanente do Suas e também não possui Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

Com relação às capacitações para trabalhadores estaduais, no ano de 2014 os dados obtidos mostram que foram capacitados na modalidade presencial aproximadamente 2.185 trabalhadores e na modalidade à distância aproximadamente 5.431 trabalhadores. Para os trabalhadores municipais, o gestor estadual

promoveu capacitação presencial para 18.969 servidores e na modalidade à distância aproximadamente 5.150 servidores foram capacitados.

APOIO TÉCNICO

Conforme o Censo Suas de 2014, as atividades de assessoramento e apoio técnico aos municípios são de forma planejada incluindo atividades que vão desde a produção e distribuição de material técnico, assessoramento técnico à distância ou de forma presencial no município. O assessoramento e apoio técnico do Órgão Gestor Estadual também apoia os municípios na elaboração do Plano de Providências para adequação de aspectos relacionados à gestão e serviços socioassistenciais, acompanha as metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS e todos os 645 municípios do Estado receberam visita técnica da Secretaria Estadual de Assistência Social.

Na questão referente aos assuntos abordados durante o apoio técnico realizado pelo estado os municípios responderam que “muito frequentemente” se referem a: “elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, gestão dos serviços socioassistenciais, gestão do Cadastro Único de Programas Sociais – CadÚnico, gestão do Programa Bolsa Família e apoio para construção do Plano de Providências”.

A resposta “frequentemente” foi dada em relação aos itens: “adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc), elaboração de Relatório de Gestão, fortalecimento da Intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da assistência social, fortalecimento do Conselho Municipal, integração dos Serviços e Benefícios, implantação dos serviços socioassistenciais, metodologias de trabalho social com famílias, gestão de benefícios eventuais, implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), implantação da Vigilância Socioassistencial e apoio aos municípios para alcance das metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS”.

Para a resposta “raramente”, os itens apontados foram: “gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, regulamentação dos benefícios eventuais, gestão do trabalho, Implantação do Prontuário SUAS e ações da Assistência Social para lidar com situações de emergência e calamidade pública”. Já para a resposta de que “nunca” é abordado, o item mais citado foi: “Metodologias de monitoramento e avaliação”.

GESTÃO FINANCEIRA

Em relação à gestão financeira, o órgão gestor respondeu que o estado de São Paulo dispõe de Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, o qual possui CNPJ próprio (como Matriz), é unidade orçamentária, mas a função de ordenador de despesa não é exercida pelo Secretário estadual e sim por outro funcionário da secretaria.

De acordo com os dados do Censo SUAS, no ano de 2014, a SEDS apresentou bimestralmente ao Conselho Estadual de Assistência Social relatórios de execução física e financeira das ações de assistência social.

As principais dificuldades enfrentadas em relação à gestão dos recursos do FEAS na gestão estadual são a resistência por parte do administrativo/jurídico para execução dos recursos e a ausência de estrutura física para o FEAS.

O Gestor Estadual informou que os recursos do IGD-Suas foram utilizados para algumas atividades das quais foram destacadas: a contratação de estudos, diagnósticos, pesquisas e demais serviços técnicos especializados, capacitações, encontros, seminários e oficinas, pagamentos de diárias e passagens, apoio

técnico e operacional ao Conselho de Assistência Social, aquisição de materiais de consumo e expediente, impressão de materiais dentre outros.

APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS

Quanto ao apoio financeiro aos municípios, o Órgão Gestor de Assistência Social do estado de São Paulo realizou cofinanciamento aos municípios por intermédio de convênios e das transferências fundo-a-fundo. O cofinanciamento é destinado às proteções sociais (Básica, Especial de Média e Especial de Alta Complexidade), mas não inclui os Benefícios Eventuais da assistência social e nem é destinado ao incentivo financeiro para Gestão do SUAS.

De acordo com Censo Suas de 2014 não foi permitido a reprogramação do cofinanciamento estadual fundo-a-fundo dos recursos não utilizados no exercício anterior. O repasse dos recursos é feito mensalmente, mas o cofinanciamento não permite pagamento de recursos humanos. Houve em 2014 repasse recursos financeiros aos municípios para construção e/ou reforma de unidades da assistência social.

SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

A Secretaria Estadual de Assistência Social repassou a 15 entidades de prestação de serviços socioassistenciais recursos financeiros via convênio, onde dentre elas 2 prestam serviços específicos de proteção básica e 13 prestam serviços de proteção social especial de alta complexidade.

Foi identificado que o órgão gestor elaborou estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil e que realizou campanhas de mobilização para o enfrentamento do Trabalho Infantil, nos últimos 12 meses. Além disso, a Secretaria desenvolveu ações para o enfrentamento do Trabalho Infantil em parceria com a educação, a saúde, a superintendência regional do trabalho, órgãos públicos da área do trabalho e Emprego, sindicatos, cooperativas de trabalhadores rurais, sindicatos, associações de trabalhadores urbanos, entidades patronais, organizações não governamentais de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, poder judiciário, ministério público, defensoria pública e conselho tutelar.

REGIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

Nesse bloco, as questões tratadas são sobre a oferta dos serviços de Proteção Social Especial (PSE). A secretaria já possui estudo sobre o volume e localização da oferta dos serviços de média e alta complexidade.

O levantamento também verificou que existe proposta de regionalização dos serviços de PSE com abrangência em todo o território estadual, respeitando os parâmetros de número de municípios atendidos, distância de deslocamento, distribuição territorial e geográfica, facilidade de acesso a comarcas existentes, capacidade instalada dos potenciais municípios sede e ainda a existência de rede socioassistencial de referência e contrarreferência.

A Gestão Estadual ainda informou ao Censo 2014 que atualmente não está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de proteção social de média e nem de alta complexidade e que não existe plano ou proposta de regionalização desses serviços de PSE

BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

O governo estadual não realizou concessão de benefícios eventuais, mas possui dois programas de Transferência de Renda já regulamentados por lei estadual, geridos com recursos próprios, de forma constante e destinados a um público específico. Esses programas estão sob a gestão do Órgão Gestor da Assistência Social e são denominados de “Renda Cidadã” e “Ação Jovem”, sem vínculo com o programa “Bolsa Família” do Governo Federal.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Segundo o Censo SUAS à Secretaria possui 9 técnicos dedicados exclusivamente às atividades de Monitoramento, Avaliação e Vigilância Social e destes, apenas 1 é especializado em análise de dados quantitativos. Entretanto, ainda não é feito planejamento anual das atividades de monitoramento.

Outro dado capaz de complementar a informação sobre a vigilância socioassistencial é o que concerne à disseminação das informações produzidas pelas áreas. Verificou-se que os documentos, relatórios e indicadores são disponibilizados para outros setores da Secretaria, do Governo estadual, técnicos-gestores municipais, Conselhos e Comissão Intergestores Bipartite – CIB, mas não foi disseminado para a rede socioassistencial.

A Secretaria de Desenvolvimento Social utiliza sistemas informatizados para gerenciar a política de assistência social no estado, os quais permitem registrar repasses de recursos, as unidades da rede socioassistencial pública, as unidades da rede socioassistencial privada, e ainda: monitorar os Programas de Transferência de Renda Estaduais, sistematizar as informações dos 645 Planos Municipais de Assistência Social (PMASweb), monitorar o cadastro das entidades beneficentes da área e instituições públicas do Estado de São Paulo (sistema Pró Social módulo Instituições), gerirem o orçamento e automatizar a transferência fundo-a-fundo. Por outro lado, os sistemas da Secretaria ainda não registram as situações de violação de direitos, as prestações de contas e a execução física/atendimentos.

APOIO AO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL

O estado de São Paulo possui Conselho Estadual de Assistência Social com previsão orçamentária de recursos específicos para ele. Além disto, disponibiliza 5 trabalhadores para a Secretaria Executiva, mantém local específico para o seu funcionamento, fornece material de consumo e ajuda de custo (passagens e diárias) para os conselheiros. Outro dado importante se refere às modalidades de capacitação ofertadas pelo órgão gestor estadual. Os conselheiros estaduais aderiram à modalidade de capacitação presencial e à distância já os conselheiros municipais aderiram a modalidade de capacitação presencial.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB)

De acordo com o Censo SUAS, a Comissão Intergestores Bipartite – CIB no estado de São Paulo possui regimento interno, sendo que sua última atualização ocorreu no ano de 2006. As reuniões da CIB ocorrem com periodicidade bimestral e no ano de 2014, de acordo com levantamento do Censo, a CIB já havia realizado 3 reuniões em seu primeiro semestre. No ano de 2013 foram realizadas 5 reuniões.

Os membros que compõem a CIB, entre titulares e suplentes somam o total de 24 representantes, sendo que 6 deles representam o órgão gestor estadual e os demais são gestores municipais indicados pela Frente Paulista (COEGEMAS).

BIBLIOGRAFIA

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Censo SUAS 2014: CRAS, CREAS, Centros POP, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual e Unidades de Acolhimento. – Brasília, 2015.



ANEXOS

ANEXO A – TABELAS GESTÃO MUNICIPAL

Este anexo tem por finalidade apresentar tabelas, com os dados agregados do Censo SUAS 2014 - Questionário Gestão Municipal para o estado de São Paulo, elaboradas a partir das bases do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

BLOCO 1 – DADOS GERAIS

Porte SUAS_população 2010

	Quantidade	%
Pequeno I	395	61,8
Pequeno II	120	18,8
Médio	49	7,7
Grande	72	11,3
Metrópole	3	0,5
Total	639	100,0

BLOCO 2 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Questão 1_De acordo com a estrutura administrativa do município, o órgão gestor da assistência social caracteriza-se como:

	N	%
Secretaria municipal exclusiva da área de Assistência Social	515	80,6
Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais	38	5,9
Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo	79	12,4
Setor subordinado a outra secretaria	7	1,1
Total	639	100,0

Questão 2 - Secretaria ou setor ao qual a assistência social está associada ou submetida

	Quantidade de respostas	Respostas	
		Percentual em relação ao nº total de respostas (%)	Percentual em relação ao nº de Secretarias que responderam (%)
Educação	5	8,9	11,1
Planejamento	1	1,8	2,2
Saúde	9	16,1	20,0
Habitação	3	5,4	6,7
Segurança Alimentar	7	12,5	15,6
Trabalho e/ou Emprego	9	16,1	20,0
Direitos Humanos	3	5,4	6,7
Outra área	19	33,9	42,2
Total	56	100	124,4

Questão 3 - Áreas constituídas como subdivisões administrativas (departamentos, coordenações) na estrutura do órgão gestor

	Sim, na estrutura formal do órgão gestor		Sim, de maneira informal		Não constituída		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Proteção Social Básica	376	58,8%	160	25,0%	103	16,1%	639	100,0%
Proteção Social Especial	307	48,0%	163	25,5%	169	26,4%	639	100,0%
Gestão Bolsa Família	391	61,2%	173	27,1%	75	11,7%	639	100,0%
Gestão de Benefícios Assistenciais (Benefícios Eventuais e BPC)	316	49,5%	181	28,3%	142	22,2%	639	100,0%
Gestão do SUAS	366	57,3%	179	28,0%	94	14,7%	639	100,0%
Vigilância Socioassistencial (inclusive áreas de monitoramento e avaliação)	206	32,2%	210	32,9%	223	34,9%	639	100,0%
Gestão do Trabalho	210	32,9%	190	29,7%	239	37,4%	639	100,0%
Regulação do SUAS	252	39,4%	178	27,9%	209	32,7%	639	100,0%
Gestão Financeira e Orçamentária	336	52,6%	173	27,1%	130	20,3%	639	100,0%

Questão 4_ O órgão gestor da Assistência Social é responsável pela gestão do Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadúnico), no município?

	N	%
Não	9	1,4
Sim	630	98,6
Total	639	100,0

Questão 5 - Local onde é realizado o cadastramento e/ou atualização cadastral do município

	N	%
Na sede do órgão gestor/Secretaria de Assistência CRAS	350	55,6
Em unidades/postos fixos exclusivos para cadastramento/atualização cadastral	344	54,6
Em unidades móveis ou postos temporários	66	10,5
Em outras unidades da Assistência Social	20	3,2
Em unidades de outras polítics públicas	46	7,3
Em unidades de outras polítics públicas	14	2,2
No domicílio das famílias	134	21,3
Outros	7	1,1

Questão 6_ Caso a gestão do Cadastro único não seja realizada pela área da Assistência Social, qual o órgão/secretaria responsável pelo cadastro?

	N	%
Educação	5	55,6
Saúde	2	22,2
Outro	2	22,2
Total	9	100,0

Questão 7_ O município possui Conselho Municipal de Assistência Social?

	N	%
Não	2	,3
Sim	637	99,7
Total	639	100,0

Questão 8_ Qual é a Instância de Controle Social - ICS do Programa Bolsa Família (PBF) no município?

	N	%
O próprio Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), ou comissão permanente do CMAS	498	77,9
Instância/comitê exclusivo do Programa Bolsa Família (PBF)	134	21,0
Conselho de outra Política	7	1,1
Total	639	100,0

Questão 9_ O órgão gestor da Assistência Social é responsável pela política de segurança alimentar e nutricional no município?

	N	%
Não	490	76,7
Sim	149	23,3
Total	639	100,0

Questão 10_ O município utiliza embarcação/lancha para o desenvolvimento de atividades da Assistência Social?

	N	%
Não	635	99,4
Sim	4	,6
Total	639	100,0

Questão 11 - Equipes que utilizam a embarcação do município

	N	%
Equipe do CRAS	4	100,0
Equipe do CREAS ou da PSE	1	25,0
Equipe do Cadastro Único	4	100,0
Equipes do Órgão Gestor da Assistência Social	4	100,0
Outra	0	0,0

Questão 12_ Qual a periodicidade em que a lancha é utilizada pela Assistência Social no seu município?

	N	%
Menos que 1 vez por mês	1	25,0
1 vez por semana	2	50,0
2 ou 3 vezes por semana	1	25,0
Total	4	100,0

Questão 13 - A lancha/embarcação no município é utilizada para atender povos e comunidades tradicionais e /ou grupos específicos

	N	%
Ribeirinhos	2	50,0
Indígenas	1	25,0
Quilombolas	3	75,0
Pescadores Artesanais	2	50,0
Extrativistas	1	25,0
Pantaneiros	0	0,0
Outros	1	25,0

BLOCO 3 - GESTÃO DO SUAS

Questão 14_ Existe Lei Municipal de regulamentação do Sistema único da Assistência Social - SUAS?

	N	%
Não	563	88,1
Sim	76	11,9
Total	639	100,0

Questão 15_ Ano da Lei Municipal que regulamenta o SUAS

	N	%
Até 1993	2	2,6
De 1994 a 1997	18	23,7
De 1998 a 2004	7	9,2
De 2005 a 2010	27	35,5
2011	5	6,6
2012	5	6,6
2013	5	6,6
2014	7	9,2
Total	76	100,0

Questão 16_ Último ano de atualização da Lei Municipal que regulamenta o SUAS

	N	%
De 1994 a 1997	12	15,8
De 1998 a 2004	6	7,9
De 2005 a 2010	30	39,5
2011	6	7,9
2012	7	9,2
2013	7	9,2
2014	8	10,5
Total	76	100,0

Questão 17 - Conteúdo previsto na Lei Municipal de regulamentação do SUAS

	N	%
Conceituação da Assistência Social	54	71,1
Funções da Assistência Social (Vigilância Socioassistencial, Proteção Social, Defesa de Direitos)	50	65,8
Princípios pelos quais a Assistência Social é regida	49	64,5
Diretrizes para organização da Assistência Social	54	71,1
Organização da assistência social por níveis de Proteção Social	41	53,9
Conceituação e objetivos do SUAS	37	48,7
Público destinatário do SUAS	41	53,9
Previsão do financiamento dos serviços	39	51,3
Previsão do financiamento dos programas e projetos	39	51,3
Previsão do financiamento dos benefícios socioassistenciais	39	51,3
Especificação do órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social	50	65,8
Previsão de prazo para regulamentação do funcionamento do Fundo de Assistência Social	25	32,9
Especificação e conceituação dos equipamentos públicos estatais CRAS e CREAS	34	44,7
Especificação e conceituação dos serviços socioassistenciais	34	44,7
Especificação e conceituação dos benefícios eventuais	38	50,0
Criação do Conselho Municipal de Assistência Social	50	65,8
Criação do Fundo Municipal de Assistência Social	48	63,2
Instituição do Plano Municipal de Assistência Social	32	42,1
Outros	1	1,3

Questão 18_ O município possui Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social?

	N	%
Sim	621	97,2
Não	18	2,8
Total	639	100,0

Questão 19_ Com que frequência o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) é atualizado?

	N	%
Mais de uma vez por ano	202	32,5
Anualmente	386	62,2
Bienalmente	11	1,8
De quatro em quatro anos	20	3,2
Mais de quatro anos	2	,3
Total	621	100,0

Questão 20_ Ano da última atualização do Plano Municipal de Assistência Social

	N	%
De 2005 a 2010	7	1,1
De 2011 a 2012	4	,6
De 2013 a 2014	610	98,2
Total	621	100,0

Questão 21_Algum representante do município participou das reuniões da Comissão Intergestora Bipartite (CIB) nos últimos 12 meses?

	N	%
Não	586	91,7
Sim	53	8,3
Total	639	100,0

Questão 22_Se sim, em quantas reuniões da CIB houve representantes do seu município?

	N	%
1 vez no ano	22	41,5
De 2 a 3 vezes no ano	17	32,1
De 4 a 6 vezes no ano	7	13,2
De 7 a 10 vezes no ano	7	13,2
Total	53	100,0

Questão 23_Nos últimos 12 meses, quantas visitas de técnicos da Secretaria Estadual de Assistência Social o município recebeu?

	N	%
Nenhuma	140	21,9
Uma visita	108	16,9
Duas a três visitas	266	41,6
Quatro a seis visitas	90	14,1
Mais de seis visitas	35	5,5
Total	639	100,0

Questão 24 - Temas sobre os quais o município recebeu orientações e apoio técnico nas referidas visitas

	N*	%
Adequação da estrutura organizacional da Secretaria	227	45,5
Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social	199	39,9
Elaboração de Relatório de Gestão	137	27,5
Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social	146	29,3
Fortalecimento da intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da AS	228	45,7
Integração dos Serviços e Benefícios	153	30,7
Fortalecimento do Conselho Municipal	151	30,3
Adequação da implantação dos serviços socioassistenciais	293	58,7
Gestão dos serviços socioassistenciais	266	53,3
Metodologias de trabalho social com famílias	167	33,5
Regulamentação dos benefícios eventuais	73	14,6
Gestão de benefícios eventuais	73	14,6
Implementação de ações relativas ao BPC	113	22,6
Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais	164	32,9
Gestão do Programa Bolsa Família	170	34,1
Gestão do Trabalho	127	25,5
Metodologias de Monitoramento e Avaliação	181	36,3
Implantação de Vigilância Socioassistencial	98	19,6
Utilização do Prontuário SUAS	136	27,3
Adequação da Legislação municipal	73	14,6
Prioridades e Metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal	105	21,0
Outros	164	32,9

*Total N = 499

Questão 25_Nos últimos 12 meses, quantas vezes os técnicos ou gestores municipais da assistência social participaram de atividades de orientação e apoio técnico promovido pelo Estado?

	N	%
Nenhuma vez	8	1,3
Uma vez	23	3,6
Duas ou três vezes	185	29,0
Quatro a seis vezes	214	33,5
Mais de seis vezes	209	32,7
Total	639	100,0

BLOCO 4 - GESTÃO FINANCEIRA

Questão 26_O município possui Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)?

	N	%
Sim, implantado	632	98,9
Sim, em fase de implantação	7	1,1
Total	639	100,0

Questão 27_Que instrumento normativo instituiu o FMAS?

	N	%
Lei	604	94,5
Decreto	28	4,4
Portaria	7	1,1
Total	639	100,0

Questão 28_O FMAS tem CNPJ próprio?

	N	%
Não possui	2	,3
Sim, como matriz	587	91,9
Sim, como Filial	50	7,8
Total	639	100,0

Questão 29_O FMAS é uma unidade orçamentária?

	N	%
Não	30	4,7
Sim	609	95,3
Total	639	100,0

Questão 30 - Quantidade de profissionais exclusivos que trabalha no Fundo Municipal de Assistência Social

	Totais
Profissionais de nível superior	634
Profissionais de nível médio	321
Quantidade total (nível superior mais nível médio)	955

Questão 31 - O contador responsável pelas contas do Fundo Municipal de Assistência Social está:

	N*	%
Não há contadores responsáveis	15	2,3
No próprio FMAS	13	2,0
No órgão gestor da Assistência Social	27	4,2
Em outro órgão/secretaria do município	188	29,4
Diretamente vinculado à Prefeitura	433	67,8
Em assessoria externa	0	0,0
Outro	3	0,5

*Total N = 639

Questão 32_ Os recursos aplicados na Assistência Social no município são alocados na unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social?

	N	%
Não, os recursos próprios do município não são registrados no FMAS	44	6,9
Sim, a menor parte dos recursos próprios é registrada no FMAS	23	3,6
Sim, a metade dos recursos próprios é registrada no FMAS	12	1,9
Sim, a maior parte dos recursos próprios é registrada no FMAS	101	15,8
Sim, a totalidade dos recursos próprios é registrada no FMAS	459	71,8
Total	639	100,0

Questão 33_ O ordenador de despesa do FMAS é?

	N	%
O Prefeito	247	38,7
O Secretário(a) Municipal de Assistência Social	309	48,4
Outro funcionário da Secretaria de Assistência Social	21	3,3
Secretário ou técnico de outra área	62	9,7
Total	639	100,0

Questão 34_ No ano de 2013, com que frequência o órgão gestor apresentou ao Conselho Municipal de Assistência Social o relatório de execução dos recursos do FMAS?

	N	%
Não apresentou	16	2,5
Mensalmente	60	9,4
Bimestralmente	58	9,1
Trimestralmente	98	15,3
Quadrimestralmente	13	2,0
Semestralmente	246	38,5
Anualmente	148	23,2
Total	639	100,0

Questão 35 - Utilização do recurso do IGD-SUAS

	N*	%
Não recebeu ou não executou o recurso	41	6,4
Contratação de estudos, diagnósticos, pesquisas e demais serviços técnicos especializados	56	8,8
Capacitações, encontros, seminários e oficinas	425	66,5
Pagamentos de diárias e passagens	236	36,9
Campanhas, ações de divulgação e esclarecimento da população	140	21,9
Desenvolvimento de sistemas informatizados	68	10,6
Aquisição de equipamentos eletrônicos de informática	370	57,9
Aquisição de outros equipamentos eletrônicos	226	35,4
Aquisição de softwares	50	7,8
Aquisição de materiais de consumo e expediente	319	49,9
Impressão de materiais	130	20,3
Reforma de unidades públicas	56	8,8
Aquisição de mobiliário	300	46,9
Aquisição de veículos	47	7,4
Manutenção de veículos	67	10,5
Atividades de custeio do Conselho Municipal de Assistência Social	256	40,1
Outros	113	17,7

*Total N = 639

Questão 36_ O município utiliza recursos do cofinanciamento federal de serviços para pagamento de servidores públicos que integram as Equipes de Referência, conforme disposto no artigo 6º da Lei Orgânica da Assistência Social?

	N	%
Não	471	73,7
Sim	168	26,3
Total	639	100,0

Questão 37_ Caso sim, informe qual percentual dos recursos do cofinanciamento federal de serviços (piso dos serviços) tem sido destinado ao pagamento de servidores públicos das Equipes de Referência do SUAS?

	N	%
Não sabe	5	3,0
Até 20%	26	15,5
De 21 a 40%	34	20,2
De 41 a 60%	103	61,3
Total	168	100,0

Questão 38 - Principais dificuldades enfrentadas em relação à gestão dos recursos do FMAS

	N*	%
Não possui dificuldades	225	35,2
Gestão centralizada na Prefeitura	154	24,1
Resistência por parte do administrativo/jurídico para execução dos recursos	111	17,4
Ausência de estrutura física para o FMAS	124	19,4
Falta de apoio técnico para operacionalizar os recursos	137	21,4
Dificuldade no entendimento da tipificação dos serviços da Assistência Social	124	19,4
Complexidade na aplicação das normas	159	24,9
Outros	49	7,7

*Total N = 639

Questão 39_ Atualmente o município recebe recursos estaduais para o cofinanciamento da Assistência Social?

	N	%
Não recebe	6	,9
Sim, fundo-a-fundo	497	77,8
Sim, via convênio	27	4,2
Sim, por convênio e fundo-a-fundo	109	17,1
Total	639	100,0

Questão 40_O órgão gestor municipal faz transferência de recursos por convênio para ONG ou Entidades de Assistência Social no município?

	N	%
Não	230	36,0
Sim, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	248	38,8
Sim, com recursos de outras fontes	32	5,0
Sim, com recursos do FMAS e de outras fontes	129	20,2
Total	639	100,0

Questão 41_ Quantidade de Entidades que recebem recursos do órgão gestor municipal por convênio

	N	%
0 a 5 entidades	259	63,3
6 a 25 entidades	140	34,2
26 a 100 entidades	9	2,2
101 ou mais entidades	1	,2
Total	409	100,0

BLOCO 5 - GESTÃO DO TRABALHO**Questão 42_ O órgão gestor municipal da assistência social tem Mesa de Gestão do Trabalho, instalada em seu âmbito, conforme previsto na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-RH/SUAS)?**

	N	%
Não	619	97,2
Sim	18	2,8
Total	637	100,0

Questão 43_ Ano de instalação da Mesa de Gestão do Trabalho em seu âmbito:

	N	%
2007	4	22,2
2009	2	11,1
2010	3	16,7
2011	1	5,6
2012	1	5,6
2013	6	33,3
2014	1	5,6
Total	18	100,0

Questão 45_O plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores do órgão gestor da assistência social (PCCS) pertence a qual órgão do município?

	N	%
Do próprio órgão gestor da Assistência Social	6	6,9
Centralizado da prefeitura	71	81,6
Do órgão responsável pelo planejamento	3	3,4
De outro órgão	7	8,0
Total	87	100,0

Questão 46_Qual o ano da última atualização deste PCCS?

	N	%
Antes de 2006	4	4,6
2006	1	1,1
2007	5	5,7
2008	3	3,4
2009	3	3,4
2010	6	6,9
2011	10	11,5
2012	12	13,8
2013	24	27,6
2014	19	21,8
Total	87	100,0

Questão 47 - Trabalhadores lotados na sede do Órgão Gestor Municipal da Assistência Social, por tipo de vínculo e escolaridade

	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Estatutários	470	1.661	1.887	4.018
Empregados Públicos Celetistas	246	749	804	1.799
Somente Comissionados	112	632	1.014	1.758
Outros vínculos	176	561	196	933
Total	1.004	3.603	3.901	8.508

Questão 48 – Trabalhadores lotados na sede do Órgão Gestor Municipal da Assistência Social e nas unidades públicas, por tipo de vínculo

	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Estatutários	1.817	5.618	6.935	14.370
Empregados Públicos Celetistas	849	2.666	2.632	6.147
Somente Comissionados	236	1.330	1.761	3.327
Outros Vínculos	879	2.988	1.212	5.079
Total	3.781	12.602	12.540	28.923

Questão 49 - Total de trabalhadores de nível superior, por área de formação

	Total
Assistente Social	5.480
Psicólogo	2.036
Pedagogo	974
Advogado (a)	325
Antropólogo (a)	2
Sociólogo (a)	53
Terapeuta Ocupacional	79
Contador (a)	96
Administrador (a)	351
Economista	34
Economista Doméstico	4
Estatístico	2
Musico terapeuta	14

Questão 50 - Total de trabalhadores de nível médio, de acordo com a principal área de atuação

	Total
Cuidador Social	1.070
Orientador Social ou Educador Social	2.075
Funções administrativas	3.355
Funções de gestão financeira e orçamentária	474
Funções de gestão da informação, monitoramento, avaliação, vigilância socioassistencial, de benefícios, transferência de renda e CadÚnico	1.567

Questão 51.1 - Quantidade de municípios que realizaram concurso público em 2014 para contratação de trabalhadores, por escolaridade

	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
Nível Superior	159	24,9	480	75,1	639	100,0
Nível Médio	119	18,6	520	81,4	639	100,0

Questão 51.2 - Quantidade de municípios que realizaram concurso público em 2014 para contratação de trabalhadores, por etapa atual do processo e escolaridade

	Autorização concedida		Edital publicado		Prova (s) realizada (s)		Resultado homologado		Candidatos nomeados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nível Superior	20	12,6%	20	12,6%	12	7,5%	33	20,8%	74	46,5%	159	100,0%
Nível Médio	11	9,2%	19	16,0%	12	10,1%	25	21,0%	52	43,7%	119	100,0%

Questão 52.1 - Quantidade de municípios que realizaram concurso público em 2013 para contratação de trabalhadores, por escolaridade

	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
Nível Superior	52	8,1%	587	91,9%	639	100,0%
Nível Médio	32	5,0%	607	95,0%	639	100,0%

Questão 52.2 - Quantidade de vagas e posses de trabalhadores no ano de 2013, por escolaridade

	Quantidade de vagas	Quantidade de trabalhadores que tomaram posse
Nível Superior	180	204
Nível Médio	193	169

Questão 53 - No ano de 2013, os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a cursos presenciais de capacitação?

	N	%
Não	56	8,8
Sim	583	91,2
Total	639	100,0

Questão 54 - Promoção de cursos presenciais de capacitação realizados pelos trabalhadores da Assistência Social, por ente federado que ofertou

	N*	%
Gestor Municipal	264	45,3
Gestor Estadual	501	85,9
Gestor Federal	338	58,0

*Total N = 583

Questão 55 - Quantidade de trabalhadores capacitados nos cursos presenciais

	N	%
1 a 5 trabalhadores	321	57,4
6 a 25 trabalhadores	175	31,3
26 a 100 trabalhadores	50	8,9
101 ou mais trabalhadores	13	2,3
Total	559	100,0

Questão 56 - No ano de 2013, os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a cursos à distância (EAD) de capacitação?

	N	%
Não	269	42,1
Sim	370	57,9
Total	639	100,0

Questão 57 - Entes federados que promoveram cursos à distância (EAD) de capacitação para os trabalhadores da Assistência Social no município

	N	%
Gestor Municipal	17	4,6
Gestor Estadual	268	72,4
Gestor Federal	268	72,4

Questão 58_Quantidade de trabalhadores capacitados nos cursos à distância

	N	%
1 a 5 trabalhadores	261	71,3
6 a 25 trabalhadores	95	26,0
26 a 100 trabalhadores	10	2,7
Total	366	100,0

Questão 59 - Área temáticas dos cursos de capacitação realizados pelos trabalhadores da Assistência Social

	N*	%
Metodologias do trabalho social com famílias	319	53,2
Metodologias para desenvolvimento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	353	58,8
Atendimento a situações de violência e violação de direitos	164	27,3
Atendimento à População em situação de rua	78	13,0
Atendimento a Pessoas com deficiência	51	8,5
Medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei	330	55,0
Acolhimento (abrigo) de Crianças e Adolescentes	161	26,8
Acolhimento (abrigo) de idosos	34	5,7
Acolhimento (abrigo) de pessoas em situação de rua	32	5,3
Estrutura, normas e funcionamento do SUAS	222	37,0
Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS	181	30,2
Cadastro Único de Programas Sociais - CadÚnico	478	79,7
Bolsa Família	410	68,3
Sistemas de Informação do SUAS	153	25,5
Vigilância Socioassistencial	135	22,5
Monitoramento e Avaliação	107	17,8
Gestão do Território	47	7,8
Álcool e Drogas	157	26,2
Ações da Assistência Social para lidar com situações de emergência e calamidade pública	19	3,2
Outras	50	8,3

*Total N = 600

BLOCO 6 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**Questão 60.1 - Unidade em que é ofertado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**

	N	%
CRAS	611	95,6
Não realiza	28	4,4
Total	639	100,0

Questão 60.2 - Unidade que é ofertado Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos crianças de 0 a 6

	N*	%
Na própria sede do órgão gestor	19	3,0
No CRAS	268	41,9
Em outra unidade pública	81	12,7
Em entidade conveniada	85	13,3
Não realiza	276	43,2

*Total N = 639

Questão 60.3 - Unidade em que é ofertado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos

	N*	%
Na própria sede do órgão gestor	36	5,6
No CRAS	362	56,7
Em outra unidade pública	228	35,7
Em entidade conveniada	199	31,1
Não realiza	58	9,1

*Total N = 639

Questão 60.4 - Unidade em que é ofertado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos

	N*	%
Na própria sede do órgão gestor	43	6,7
No CRAS	466	72,9
Em outra unidade pública	120	18,8
Em entidade conveniada	157	24,6
Não realiza	58	9,1

*Total N = 639

Questão 60.5 - Unidade em que é ofertado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para idosos

	N*	%
Na própria sede do órgão gestor	41	6,4
No CRAS	424	66,4
Em outra unidade pública	227	35,5
Em entidade conveniada	119	18,6
Não realiza	41	6,4

*Total N = 639

Questão 60.6 - Unidade em que é ofertado o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos

	N*	%
Na própria sede do órgão gestor	41	6,4
No CRAS	207	32,4
Em outra unidade pública	34	5,3
Em entidade conveniada	52	8,1
Não realiza	353	55,2

*Total N = 639

Questão 61 - Total de Unidades Públicas da Rede de Proteção Social Básica

	Unidades Públicas	Unidades Não Governamentais Conveniadas	Total
CRAS	1047	Não se aplica	1047
Centro de Convivência	794	1847	2641
Outras unidades de proteção Social Básica	339	454	793

Questão 62 - Como está organizado o atendimento das crianças em situação do trabalho infantil que frequentam os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

	N	%
Não há oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 6 a 15 anos	181	28,3
Em grupos exclusivos para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	24	3,8
Em grupos mistos de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e outras crianças e adolescentes	434	67,9
Total	639	100,0

BLOCO 7 - PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Questão 63 - O órgão gestor da Assistência Social possui equipe de gestão da Proteção Social Especial de Média Complexidade?

	N	%
Não possui equipe	297	46,5
Sim, possui equipe	283	44,3
Não há Serviço de Média Complexidade no Município	59	9,2
Total	639	100,0

Questão 64.1 - Unidade em que é ofertado o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI/CREAS

	N*	%
No CREAS	215	37,1
Não realiza	365	62,9

*Total N = 580

Questão 64.2 - Unidade em que é ofertado o Serviço Especializado para pessoas em situação de rua

	N*	%
Na própria sede do órgão gestor	79	13,6
No CREAS	102	17,6
Em outra unidade pública	56	9,7
Em entidade conveniada	44	7,6
Não realiza	343	59,1

*Total N = 580

Questão 64.3 - Unidade em que é ofertado o Serviço de Proteção Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias

	N*	%
Na própria sede do órgão gestor	128	22,1
No CREAS	133	22,9
Em outra unidade pública	64	11,0
Em entidade conveniada	197	34,0
Não realiza	148	25,5

*Total N = 580

Questão 64.4 - Unidade em que é ofertado o Serviço de Proteção Social a Adolescentes e Cumprimento de Medida Socioeducativa e de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

	N*	%
Na própria sede do órgão gestor	334	57,6
No CREAS	185	31,9
Em outra unidade pública	27	4,7
Em entidade conveniada	47	8,1
Não realiza	6	1,0

*Total N = 580

Questão 64.5 - Unidade em que é ofertado o Serviço Especializado em abordagem social

	N*	%
Na própria sede do órgão gestor	110	19,0
No CREAS	121	20,9
Em outra unidade pública	44	7,6
Em entidade conveniada	30	5,2
Não realiza	308	53,1

*Total N = 580

Questão 65 - Total de Unidades da Rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade

	Unidades Públicas	Unidades Não Governamentais Conveniadas	Total
CREAS	260	Não se aplica	260
Unidades para atendimento a pessoas em situação de rua	101	58	159
Centro Dia	47	36	83
Unidades exclusivas de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de MSE	262	114	376
Outras unidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade	98	427	525

Questão 66 - Como o município atende questões de violações de direitos, caso não possua CREAS

	N*	%
Encaminha para o CRAS	251	59,9%
Encaminha para o CREAS de outro município	7	1,7%
Encaminha para o CREAS regional ao qual está vinculado	20	4,8%
Encaminha para alguma entidade conveniada no município	50	11,9%
Outros	201	48,0%

*Total N = 419

Questão 67 - Onde está localizada a gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI na estrutura do município?

	N	%
Não há equipe/pessoa de referência responsável pela gestão do PETI	423	66,2
Na Proteção Social Especial	97	15,2
Na Proteção Social Básica	69	10,8
Vinculada diretamente ao gabinete do (a) Secretário (a)	20	3,1
Outro	30	4,7
Total	639	100,0

Questão 68_Ações realizadas pela política de Assistência Social no município para enfrentamento do Trabalho Infantil

	N	%
Não realiza	257	40,2
Realiza campanhas, mobilização e sensibilização	223	34,9
Realiza atividades de abordagem social em espaços públicos	124	19,4
Realiza busca ativa de famílias com situação de trabalho infantil para inclusão no CadÚnico	181	28,3
Encaminha/inclui crianças e adolescentes em trabalho infantil para os Serviços de Convivência	224	35,1
Encaminha/inclui famílias com situação de trabalho infantil para PAIF/CRAS	238	37,2
Encaminha/inclui famílias com situação de trabalho infantil para o PAEFI/CREAS	112	17,5
Encaminha famílias e indivíduos para a aplicação de medidas protetivas à família	120	18,8
Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para programas e projetos de capacitação profissional	118	18,5
Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para inclusão produtiva e/ou geração de trabalho e renda	114	17,8
Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para atendimento em outras políticas públicas	152	23,8
Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para os órgãos de defesa e responsabilização	94	14,7
Elabora estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil no município	54	8,5

BLOCO 8 - PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE**Questão 69_O órgão gestor da Assistência Social possui equipe de gestão da proteção Social Especial de Alta Complexidade?**

	N	%
Não há Serviço de Acolhimento no Município	152	23,8
Sim, possui equipe	196	30,7
Não possui equipe	291	45,5
Total	639	100,0

Questão 70_1 - Total de Unidades da Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

	Unidades Públicas	Unidades Não Governamentais Conveniadas	Total de Unidades
Unidade de Acolhimento para crianças e adolescentes	218	564	782
Unidade de Acolhimento para jovens (maiores de 18 anos) egressos dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes	2	20	22
Unidade de Acolhimento para idosos	28	507	535
Unidade de Acolhimento para pessoas em situação de rua	48	177	225
Unidade de Acolhimento para pessoas com deficiência	2	63	65
Unidade de Acolhimento para mulheres vítimas de violência	16	24	40
Outras unidades de acolhimento	7	106	113

Questão 70_2_Total de Municípios que possuem Unidades da Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, por tipo de unidade

	Municípios que possuem Unidades Públicas	Municípios que possuem Unidades Não Governamentais Conveniadas
Unidade de Acolhimento para crianças e adolescentes	178	233
Unidade de Acolhimento para jovens (maiores de 18 anos) egressos dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes	2	13
Unidade de Acolhimento para idosos	26	334
Unidade de Acolhimento para pessoas em situação de rua	43	84
Unidade de Acolhimento para pessoas com deficiência	2	38
Unidade de Acolhimento para mulheres vítimas de violência	16	18
Outras unidades de acolhimento	6	26

Questão 71_O município possui Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Criança e Adolescente?

	N	%
Sim	42	8,6
Não	445	91,4
Total	487	100,0

Questão 72_Caso sim, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é regulamentado por lei municipal?

	N	%
Sim	36	85,7
Não	6	14,3
Total	42	100,0

Questão 73_Ano em que o serviço de acolhimento em Família Acolhedora foi implantado no município

	N	%
De 2011 a 2014	18	42,9
De 2005 a 2010	17	40,5
De 1998 a 2004	6	14,3
De 1994 a 1997	1	2,4
Total	42	100,0

Questão 74 - O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora possui inscrição:

	N*	%
Conselho Municipal de Assistência Social	29	69,0%
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	35	83,3%

* N Total = 42

Questão 75_A gestão do Programa/Serviço de Família Acolhedora no município é executado pelo(a):

	N	%
Outro	2	4,8
Organização Não Governamental – ONG	5	11,9
Diretamente pelo gabinete da Prefeitura	2	4,8
Secretaria Municipal de Assistência Social	33	78,6
Total	42	100,0

Questão 76_ Existe repasse de subsídio financeiro para as famílias acolhedoras?

	N	%
Sim	36	85,7
Não	6	14,3
Total	42	100,0

Questão 77 - Quantidade de municípios que possuem famílias aptas a receber crianças/adolescentes

	N	%
0 a 5 famílias	31	73,8
6 a 10 famílias	7	16,7
11 a 20 famílias	2	4,8
21 ou mais famílias	2	4,8
Total	42	100

Questão 78 - Quantidade de municípios que possuem crianças/adolescentes acolhidas pelo Serviço de Família Acolhedora

	N	%
0 a 5 crianças/adolescentes	30	71,4
6 a 10 crianças/adolescentes	6	14,3
11 a 20 crianças/adolescentes	4	9,5
21 ou mais crianças/adolescentes	2	4,8
Total	42	100,0

Questão 79_ O Serviço possui equipe técnica formada por assistentes sociais e psicólogos para realizar atividades relacionadas ao cadastramento, preparação e acompanhamento das Famílias Acolhedoras?

	N	%
Sim, possui equipe com Assistente Social e Psicólogo	33	78,6
Sim, possui equipe apenas com Assistente Social	2	4,8
Não possui equipe técnica vinculada ao Programa/Serviço	7	16,7
Total	42	100,0

Questão 80 - Atividades de gestão, monitoramento e supervisão realizadas pelo órgão gestor da Assistência Social nos acolhimentos de criança e adolescentes

	N*	%
Controla o acesso às vagas, sendo responsável por indicar a Unidade de Acolhimento que receberá a criança/adolescente	111	22,8%
Acompanha/monitora o fluxo de entradas e saídas de crianças e adolescentes nas Unidades	236	48,5%
Centraliza as informações das medidas de acolhimento determinadas pelo poder Judiciário	144	29,6%
Centraliza as informações dos acolhimentos emergenciais realizados pelo Conselho Tutelar	143	29,4%
Promove a articulação dos serviços de acolhimento com os demais serviços da rede socioassistencial	308	63,2%
Promove a articulação dos serviços de acolhimento com as demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos	289	59,3%
Realiza supervisão e suporte técnico aos serviços de acolhimento	294	60,4%
Monitora o tempo de permanência das crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento	174	35,7%
Fiscaliza a qualidade dos serviços	332	68,2%
Não realiza nenhuma das atividades listadas acima	78	16,0%

* N Total = 487

Questão 81_A Assistência Social do município tem programa/serviço de apoio e proteção a pessoas e famílias afetadas por situação de emergência ou de calamidade pública?

	N	%
Sim	276	43,2
Não	363	56,8
Total	639	100,0

Questão 82_Em 2013, o município decretou situação de emergência ou de calamidade pública?

	N	%
Sim	36	5,6
Não	603	94,4
Total	639	100,0

Questão 83_No primeiro semestre de 2014, o município decretou situação de emergência ou de calamidade pública?

	N	%
Sim	23	3,6
Não	616	96,4
Total	639	100,0

Questão 84 - Situações de emergência ou calamidades públicas enfrentadas em 2013 e/ou no primeiro semestre de 2014

	N*	%
Enxurradas	11	23,4%
Enchentes	17	36,2%
Estiagem	1	2,1%
Vendavais	17	36,2%
Granizos	3	6,4%
Deslizamentos	10	21,3%
Alagamentos	19	40,4%
Outros	9	19,1%

* N Total = 47

Questão 85 - O órgão gestor da Assistência Social do município participou da elaboração do:

	Sim		Não		Não há no município		Não sabe informar		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Plano de Contingência para situações de emergências e calamidades públicas	74	11,6%	282	44,1%	212	33,2%	71	11,1%	639	100,0%
Mapa de Riscos para situações de emergência e calamidades públicas	68	10,6%	283	44,3%	210	32,9%	78	12,2%	639	100,0%

Questão 86_Nos últimos 12 (doze) meses, a Assistência Social do Município necessitou abrigar em alojamentos provisórios pessoas atingidas por situações de emergência ou de calamidade pública?

	N	%
Sim	51	8,0
Não	588	92,0
Total	639	100,0

Questão 87_Quantidade de municípios que tiveram pessoas desabrigadas acolhidas em alojamentos provisórios

	N	%
0 a 20 pessoas desabrigadas	16	31,4
21 a 50 pessoas desabrigadas	7	13,7
51 a 100 pessoas desabrigadas	13	25,5
101 ou mais pessoas desabrigadas	15	29,4
Total	51	100,0

Questão 88 - Tipos de alojamentos provisórios ofertados pelo município para vítimas de desastres e calamidades nos últimos 12 meses

	N*	%
Alojamento específico para este fim	6	11,8%
Albergues ou Unidades de Acolhimento já existentes	6	11,8%
Tendas e Barracas	1	
Aluguel Social	36	70,6%
Locais designados para outras atividades (igrejas, escolas, quadras)	20	39,2%
Outros	10	19,6%

* N Total = 51

Questão 89_A Assistência Social do município tem articulação com o órgão Municipal de Defesa Civil?

	N	%
Não há Órgão de Defesa Civil no município	209	32,7
Sim	364	57,0
Não	66	10,3
Total	639	100,0

BLOCO 9 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS**Questão 90_A Assistência Social desenvolve ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)?**

	N	%
Sim	603	94,4
Não	36	5,6
Total	639	100,0

Questão 91 - Ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) desenvolvidas pela Assistência Social

	N*	%
Realizar estudos sobre as condições de vulnerabilidade das famílias com idosos e pessoas com deficiência	309	51,2%
Orientar a população beneficiária sobre seus direitos e procedimentos para o acesso ao BPC	575	95,4%
Encaminhar possíveis beneficiários ao INSS	581	96,4%
Apoiar e acompanhar o processo de concessão do BPC	431	71,5%
Distribuir aos CRAS e CREAS do município listas territorializadas das famílias com beneficiários do BPC	407	67,5%
Inserir os beneficiários nos serviços socioassistenciais	537	89,1%
Realizar o cadastramento dos beneficiários do BPC no CadÚnico	561	93,0%
Articular com outros setores a inserção dos beneficiários nas diversas políticas sociais	424	70,3%

* N Total = 603

Questão 92.1 - Quantidade de municípios com Benefícios Eventuais concedidos e regulamentados, por tipo de benefício

	Concede Benefício		Benefício Regulamentado	
	N	%	N	%
Auxílio funeral	587	91,9	232	36,3
Auxílio Natalidade	268	41,9	123	19,2
Benefício Eventual para situação de calamidade pública	376	58,8	162	25,4
Outros Benefícios Eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade temporária	576	90,1	231	36,2

Questão 92.2 - Tipos de Instrumentos que regulamentam os Benefícios Eventuais, por tipo de benefício

	Lei		Decreto		Portaria		Outro	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Auxílio funeral	195	84,1	16	6,9	2	0,9	19	8,2
Auxílio Natalidade	101	82,1	10	8,1	0	0,0	12	9,8
Benefício Eventual para situação de calamidade pública	143	88,3	7	4,3	2	1,2	10	6,2
Outros Benefícios Eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade temporária	200	86,6%	11	4,8%	1	,4%	19	8,2%

Questão 92.3 - Local onde os Benefícios Eventuais são concedidos

	Na sede do órgão gestor		Em unidades da rede socioassistenciais		Em ambas		Não concedido pelo Município	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Auxílio funeral	438	68,5	82	12,8	67	10,5	52	8,1
Auxílio Natalidade	178	27,9	50	7,8	40	6,3	371	58,1
Benefício Eventual para situação de calamidade pública	254	39,7	51	8,0	71	11,1	263	41,2
Outros Benefícios Eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade temporária	384	60,1	88	13,8	104	16,3	63	9,9

Questão 93_ O município possui um programa próprio de transferência de renda (transferência de recursos municipais de forma constante a um público específico)?

	N	%
Sim	87	13,6
Não	552	86,4
Total	639	100,0

Questão 94_ O Programa próprio de transferência de renda do município está sob gestão do órgão gestor da assistência social?

	N	%
Sim	82	94,3
Não	5	5,7
Total	87	100,0

Questão 95_ Existe lei municipal que regulamente o programa de transferência de renda do município?

	N	%
Sim	82	94,3
Não	5	5,7
Total	87	100,0

Questão 96_ Quantidade de municípios com famílias que recebem benefícios de programas municipais de transferência de renda

Total de famílias	N	%
0 a 100 famílias	51	60,0
101 a 500 famílias	21	24,7
501 a 1000 famílias	5	5,9
1001 a 5000 famílias	6	7,1
5001 ou mais famílias	2	2,4
Total*	85	100,0

* - 02 municípios assinalaram a opção "Não sabe" nesta questão

BLOCO 10 - VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**Questão 97_ Qual a diretriz do órgão Gestor em relação a implantação/utilização do Prontuário SUAS (modelo disponibilizado pelo MDS) nas unidades de CRAS e CREAS?**

	N	%
Recomendou a NÃO-utilização pelos CRAS/CREAS	18	2,8
Recomendou a utilização pelos CRAS/CREAS	417	65,3
Não houve diretriz, deixando a critério livre de cada CRAS e CREAS	204	31,9
Total	639	100,0

Questão 98_ Caso tenha sido recomendado a não-utilização do Prontuário SUAS, indique o principal motivo:

	N	%
Já utiliza modelo próprio de prontuário em meio físico (em papel)	2	11,1
Já utiliza modelo próprio de prontuário em meio eletrônico (prontuário eletrônico)	5	27,8
Recebeu quantidade insuficiente do Prontuário Suas	1	5,6
Resistência ou oposição dos profissionais	1	5,6
Outros motivos	9	50,0
Total	18	100,0

Questão 99_ Nos últimos 12 meses, o órgão gestor promoveu reunião/capacitação com os técnicos dos CRAS e CREAS para implantação do Prontuário SUAS?

	N	%
Sim	244	38,2
Não	395	61,8
Total	639	100,0

Questão 100 - Quais atividades relacionadas à Vigilância Socioassistencial são realizadas pelo Órgão Gestor

	N*	%
Produção de indicadores ou análises relativas à demanda por serviços e benefícios socioassistenciais	154	24,1%
Produção de indicadores ou análises relativas à oferta de serviços e benefícios socioassistenciais	137	21,4%
Produção de indicadores ou diagnósticos relativos à incidência de situações de violência e violação de direitos	90	14,1%
Definição de instrumentos e fluxos de Notificação Compulsória das situações de violência e violação de direitos atendidos	52	8,1%
Produção de indicadores ou análises de vulnerabilidades sociais a partir de dados do CadÚnico	207	32,4%
Produção de indicadores ou análises baseadas em micro dados do Censo 2010 - IBGE	108	16,9%
Elaboração ou atualização de diagnóstico socioterritorial do município	178	27,9%
Elaboração ou atualização de diagnósticos socioterritoriais das áreas de abrangência dos CRAS	171	26,8%
Concepção de sistemas de informação	84	13,1%
Desenvolvimento de sistemas de informação	100	15,6%
Desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados para levantamento de informações juntos aos serviços	201	31,5%
Monitoramento dos padrões de qualidade dos serviços prestados pela rede pública e/ou conveniada	264	41,3%
Coordenação, acompanhamento e apoio ao processo de preenchimento do Censo SUAS	424	66,4%
Gestão local e atualização do CadSUAS - Sistema de Cadastro Nacional do SUAS	423	66,2%
Gestão e análise das informações dos sistemas de Registro Mensal de Atendimentos dos CRAS e CREAS	408	63,8%
Fornecimento de informações sobre as famílias do BPC para os CRAS e CREAS, para auxiliar busca ativa e as atividades de planejamento da Unidade	255	39,9%
Fornecimento de informações sobre as famílias do Cadastro Único para os CRAS e CREAS, para busca ativa e as atividades de planejamento da Unidade	248	38,8%
Planejamento e/ou coordenação de ações de busca ativa voltadas a públicos prioritários	276	43,2%
Monitoramento de ações de busca ativa voltadas a públicos prioritários	254	39,7%
Não desenvolve nenhuma das atividades acima	82	12,8%

* N Total = 639

Questão 101_ O órgão gestor possui levantamento ou pesquisa que aponte o número de pessoas em situação de rua no município?

	N	%
Sim	189	29,6
Não	450	70,4
Total	639	100,0

Questão 102_ Quantidade de municípios, por grupos de pessoas em situação de rua

Total de Pessoas em situação de rua	N	%
0 a 25 pessoas	120	63,5
26 a 50 pessoas	24	12,7
51 a 100 pessoas	18	9,5
101 a 500 pessoas	19	10,1
501 ou mais pessoas	8	4,2
Total	189	100,0

Questão 102 / Cruzamento - Quantidade de pessoas em situação de rua, por Porte do Município

Porte do Município	Total de Municípios	Total de Pessoas em Situação de Rua
Pequeno I	55	184
Pequeno II	46	581
Médio	32	1.364
Grande	54	9.585
Metrópole	2	15.079
Total	189	26.793

Questão 103_ Em que ano foi realizado o levantamento ou pesquisa?

Ano	N	%
2010	4	2,1
2011	5	2,7
2012	10	5,3
2013	59	31,4
2014	110	58,5
Total	188	100,0

Questão 104_ Como foi realizado este levantamento ou pesquisa?

	N	%
O órgão gestor obteve esta informação através de levantamento ou pesquisa já realizada por outra instituição	11	5,8
O órgão gestor e/ou outra unidade do poder público municipal contratou instituição para este fim	10	5,3
O levantamento foi realizado pela equipe do próprio órgão gestor ou outra unidade do poder público municipal	168	88,9
Total	189	100,0

Questão 105_ O município possui profissional (is) exclusivamente dedicado (a) às atividades de Vigilância Socioassistencial?

	N	%
Sim	76	11,9
Não	563	88,1
Total	639	100,0

Questão 106 - Quantidade de profissionais exclusivos que trabalham na área de Vigilância Socioassistencial

	Quantidade Total
Profissionais de nível superior	197
Profissionais de nível médio	56
Quantidade total (nível superior mais nível médio)	253

Questão 107_ O órgão gestor utiliza sistema de informação próprio para gerenciar a política de Assistência Social? (Não considerar sistemas do MDS)

	N	%
Sim	172	26,9
Não	467	73,1
Total	639	100,0

Questão 108 - Os sistemas utilizados permitem

	N*	%
Registrar repasses de recursos para entidades	46	26,7%
Registrar prestação de contas das entidades	36	20,9%
Registrar execução física/atendimentos	129	75,0%
Registrar unidades da rede socioassistencial pública	76	44,2%
Registrar unidades da rede socioassistencial privada	54	31,4%
Elaborar e armazenar Prontuário Eletrônico dos usuários dos Serviços Socioassistenciais	138	80,2%
Outros	17	9,9%

* N Total = 172

BLOCO 11 - AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA**Questão 109_ O governo municipal desenvolve ações, programas ou projetos de inclusão produtiva para geração de trabalho e renda?**

	N	%
Não sabe	21	3,3
Sim, exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social	79	12,4
Sim, exclusivamente por outras Secretarias Municipais	52	8,1
Sim, pela Secretaria de Assistência Social e por outras Secretarias Municipais	345	54,0
Não desenvolve	142	22,2
Total	639	100,0

Questão 110_ O governo municipal desenvolve ações, programas ou projetos de formação, qualificação ou capacitação profissional?

	N	%
Não sabe	12	1,9
Sim, exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social	73	11,4
Sim, exclusivamente por outras Secretarias Municipais	66	10,3
Sim, pela Secretaria de Assistência Social e por outras Secretarias Municipais	412	64,5
Não desenvolve	76	11,9
Total	639	100,0

Questão 111 - Quais oportunidades do mundo do trabalho o município encaminha, de forma rotineira, os usuários da assistência social?

	N*	%
SINE	76	11,9%
Cursos do PRONATEC-BSM	231	36,2%
Demais cursos do PRONATEC	275	43,0%
Cursos técnicos de instituições municipais/estaduais	373	58,4%
Cooperativas	63	9,9%
Microcrédito	81	12,7%
Micro empreendimento individual	121	18,9%
Outros	174	27,2%

* N Total = 639

Questão 112_ Atualmente o município executa o programa ACESSUAS Trabalho?

	N	%
Sim	71	11,1
Não	568	88,9
Total	639	100,0

Questão 113 - Quem é responsável pela execução do programa ACESSUAS Trabalho?

	N*	%
Secretaria de Assistência Social	54	76,1%
O CRAS	11	15,5%
Outras unidades públicas	7	9,9%
Entidade conveniada	9	12,7%
Outro	2	2,8%

* N Total = 71

Questão 114_ O município possui equipe exclusiva do Programa ACESSUAS Trabalho?

	N	%
Sim	33	46,5
Não	38	53,5
Total	71	100,0

Questão 115 - Quantidade de profissionais exclusivos do Programa ACESSUAS Trabalho

	Total
Profissionais de nível superior	64
Profissionais de nível médio	60
Total de Profissionais exclusivos	124

Questão 116 - Atividades executadas pela equipe do ACESSUAS Trabalho no seu município

	N*	%
Elaboração de estudo socioeconômico do município	15	21,1%
Identificação do público prioritário para o programa	55	77,5%
Promover/participar de campanhas de mobilização e divulgação do programa	56	78,9%
Mobilização dos profissionais dos serviços socioassistenciais a fim de informá-los a respeito das possibilidades de encaminhamento	57	80,3%
Articulação com a rede de Educação para matricular os alunos em unidades ofertantes	39	54,9%
Acompanhar o número de matrículas efetivadas	55	77,5%
Acompanhar o desempenho dos educandos	39	54,9%
Acompanhar a permanência e evasão dos cursos	51	71,8%
Visitas domiciliares aos beneficiários do BPC	30	42,3%
Outras	6	8,5%

* N Total = 71

ANEXO B – TABELAS GESTÃO ESTADUAL

Este anexo tem por finalidade apresentar tabelas com os dados agregados do Censo SUAS 2014 - Questionário Gestão Estadual para o estado de São Paulo, elaboradas a partir das bases fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Estrutura administrativa

q1_De acordo com a estrutura administrativa do estado, a Secretaria Estadual da Assistência Social caracteriza-se como:	Secretaria estadual exclusiva da Área de Assistência Social
---	---

Nota: pergunta q2 refere-se a qual outra secretaria ou setor a assistência social está subordinada, o que não se aplica ao presente caso.

Áreas constituídas como subdivisões administrativas (departamentos, coordenações) na estrutura do órgão gestor

q3_1_Proteção Social Básica	Sim, de maneira informal
q3_2_Proteção Social Especial	Sim, de maneira informal
q3_3_Gestão Bolsa Família	Sim, de maneira informal
q3_4_Gestão de Benefícios Assistenciais(Benefícios Eventuais e BPC)	Sim, de maneira informal
q3_5_Gestão do SUAS	Sim, na estrutura formal
q3_6_Vigilância Socioassistencial (inclusive áreas de monitoramento e avaliação)	Sim, na estrutura formal
q3_7_Gestão do Trabalho	Sim, de maneira informal
q3_8_Regulação do Suas	Sim, de maneira informal
q3_9_Gestão Financeira e Orçamentária	Sim, na estrutura formal

GESTÃO DO SUAS

Lei Estadual de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)

q4_ Existe Lei Estadual de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS?	Não
q8_ Existe Projeto de Lei para regulamentação do Sistema Único da Assistência Social no Estado?	Não

Nota: q5, q6 e q7 não se aplicam quando a resposta da q4 é negativa.

Plano Estadual de Assistência Social (PEAS)

q9_ O Estado possui Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS)?	Sim
q10_ Com que frequência o Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) é atualizado?	Bienalmente
q11_ Em que ano ocorreu a última atualização do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) com a respectiva aprovação pelo CEAS?	2014

Quais dos itens abaixo estão no Plano Estadual de Assistência Social (PEAS)?

q12_1_ Diagnóstico socioterritorial da demanda e oferta de serviços	Sim
q12_2_ Prioridades e metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual do SUAS	Sim
q12_3_ Deliberações das Conferências de Assistência Social	Sim
q12_4_ Recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários	Sim
q12_5_ Indicadores de monitoramento e avaliação	Sim
q12_6_ Prazo para revisão do PEAS	Sim
q12_7_ Estratégias para apoio técnico aos municípios	Sim

GESTÃO DO TRABALHO

Mesa de Negociação Permanente do SUAS

q13_A Secretaria Estadual da Assistência Social tem Mesa de Gestão do Trabalho, instalada em seu âmbito?	Não
q14_Ano de instalação da Mesa de Gestão do Trabalho em seu âmbito	-----
q15_Os servidores do órgão gestor de assistência social possuem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS)?	Não

Nota: q16 e q17 não se aplicam quando a resposta da q15 é negativa.

Questão 18 - Quantidade de trabalhadores lotados na sede da Secretaria Estadual de Assistência Social (e nas administrações regionais), por vínculo e escolaridade

	Estatutários		Empregados Públicos Celetistas		Somente Comissionados		Outros vínculos		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Ensino Fundamental	134	100,0	0	0	0	0,0	0	0	134	100,0
Ensino Médio	111	47,2	0	0	124	52,8	0	0	235	100,0
Ensino Superior	244	58,1	0	0	176	41,9	0	0	420	100,0
Total	489	62,0	0	0	300	38,0	0	0	789	100,0

Questão 18e_Quantidade de trabalhadores lotados na sede da Secretaria Estadual de Assistência Social, por escolaridade

q18e_1_Ensino Fundamental		q18e_2_Ensino Médio		q18e_3_Ensino Superior		Total	
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
134	17,0	235	29,8	420	53,2	789	100,0

Questão 19 - Quantidade total de trabalhadores da Secretaria Estadual de Assistência Social (Sede + Serviços), por vínculo e escolaridade

	Estatutários		Empregados Públicos Celetistas		Somente Comissionados		Outros vínculos		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Ensino Fundamental	134	100,0	0	0	0	0,0	0	0	134	100,0
Ensino Médio	111	47,2	0	0	124	52,8	0	0	235	100,0
Ensino Superior	244	58,1	0	0	176	41,9	0	0	420	100,0
Total	489	62,0	0	0	300	38,0	0	0	789	100,0

Questão 20_Quantidade de profissionais de nível superior da Assistência Social (Sede + Serviços), segundo a área de formação

	Quantidade	%
q20a_Assistente Social	82	27,1
q20b_Psicólogo(a)	100	33,0
q20c_Pedagogo(a)	30	9,9
q20d_Advogado(a)	23	7,6
q20e_Musicoterapeuta	0	0,0
q20f_Antropólogo(a)	8	2,6
q20g_Sociólogo(a)	32	10,6
q20h_Terapeuta Ocupacional	0	0,0
q20i_Contador(a)	0	0,0
q20j_Administrador(a)	22	7,3
q20k_Economista	6	2,0
q20l_Economista Doméstico	0	0,0
q20m_Estatístico	0	0,0
Total	303	100

Questão 21_Quantidade de profissionais de nível médio da Assistência Social (Sede e unidades públicas), segundo principal área de atuação

	Quantidade	%
q21a_Cuidador Social	0	0,0
q21b_Orientador Social ou Educador Social	0	0,0
q21c_Funções administrativas	214	91,1
q21d_Funções de gestão financeira e orçamentária	21	8,9
q21e_Funções de gestão da informação, monitoramento, avaliação, vigilância socioassistencial, de benefícios, transferência de renda e CadÚnico.	0	0,0
Total	235	100

Questão 22_ No ano de 2013, o Estado realizou concurso público para contratação de trabalhadores (nível superior ou médio) para a Secretaria Estadual de Assistência Social?

q22a_1_Realizou concurso para contratação de trabalhadores de nível superior?	Não
q22b_1_Realizou concurso para contratação de trabalhadores de nível médio?	Não

Nota: os demais quesitos da q22 não se aplicam quando não houve realização de concursos.

Plano Estadual de Capacitação

q23_A Secretaria Estadual de Assistência Social tem Plano Estadual de Capacitação?	Sim
q24_ Qual a data da última atualização do Plano Estadual de Capacitação?	13/03/2014

Questão 25_ No ano de 2013 os trabalhadores da Assistência Social do estado ou dos municípios tiveram acesso a cursos de capacitação?

Variável	SP
q25a_1_ Os trabalhadores estaduais da assistência social tiveram acesso a cursos de capacitação presencial?	Sim
q25a_2_ Número aproximado de trabalhadores estaduais capacitados através de curso presencial	2.185
q25a_3_1_ Gestor Estadual promoveu capacitação presencial para trabalhadores estaduais	Sim
q25a_3_2_ Gestor Federal promoveu o curso capacitação presencial para trabalhadores estaduais	Sim
q25b_1_ Os trabalhadores estaduais da assistência social tiveram acesso a cursos de capacitação à distância?	Sim
q25b_2_ Número aproximado de trabalhadores estaduais capacitados através de curso à distância	5.431
q25b_3_1_ Gestor Estadual promoveu o curso à distância para trabalhadores estaduais	Sim
q25b_3_2_ Gestor Federal promoveu o curso à distância para trabalhadores estaduais	Sim
q25c_1_ Os trabalhadores municipais da assistência social tiveram acesso a cursos de capacitação presencial?	Sim
q25c_2_ Número aproximado de trabalhadores municipais capacitados através de curso presencial	18.969
q25c_3_1_ Gestor Estadual promoveu capacitação presencial para trabalhadores municipais	Sim
q25c_3_2_ Gestor Federal promoveu capacitação presencial para trabalhadores municipais	Sim
q25d_1_ Os trabalhadores municipais da assistência social tiveram acesso a cursos de capacitação à distância?	Sim
q25d_2_ Número aproximado de trabalhadores municipais capacitados através de curso à distância	5.150
q25d_3_1_ Gestor Estadual promoveu capacitação à distância para trabalhadores municipais	Sim
q25d_3_2_ Gestor Federal promoveu capacitação à distância para trabalhadores municipais	Não

APOIO TÉCNICO

Atividades de assessoramento e apoio técnico aos municípios

q26_O planejamento de apoio técnico aos municípios foi pactuado na CIB?	Sim
---	-----

As atividades de assessoramento e apoio técnico aos municípios são planejadas anualmente conforme

q27_1_As demandas mais incidentes entre os municípios	Sim
q27_2_As metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS	Sim
q27_3_Temas ou prioridades pactuadas na CIB	Sim
q27_4_Outro	Sim

O apoio técnico aos municípios inclui

q28_1_Produção e distribuição de material técnico	Sim
q28_2_Elaboração, pelo Estado, de normativas e instruções operacionais para orientação dos municípios	Sim
q28_3_Capacitações presenciais	Sim
q28_4_Capacitações à distância	Sim
q28_5_Assessoramento técnico de forma presencial no município	Sim
q28_6_Assessoramento técnico à distância	Sim
q28_7_Outras formas	Sim

Visitas Técnicas

q29_Quantos municípios do estado receberam visitas técnicas da Secretaria Estadual de Assistência Social no ano de 2013?	645
--	-----

Com que frequência os itens abaixo são objeto do apoio técnico realizado pelo Estado aos municípios?

q30_1_Adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc)	Frequentemente
q30_2_Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social	Muito frequentemente
q30_3_Elaboração de Relatório de Gestão	Frequentemente
q30_4_Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social	Raramente
q30_5_Fortalecimento da Intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da assistência social	Frequentemente
q30_6_Fortalecimento do Conselho Municipal	Frequentemente
q30_7_Integração dos Serviços e Benefícios	Frequentemente
q30_8_Implantação dos serviços socioassistenciais	Frequentemente
q30_9_Gestão dos serviços socioassistenciais	Muito frequentemente
q30_10_Metodologias de trabalho social com famílias	Frequentemente
q30_11_Regulamentação dos benefícios eventuais	Raramente
q30_12_Gestão de benefícios eventuais	Frequentemente
q30_13_Implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Frequentemente
q30_14_Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais - CadÚnico	Muito frequentemente
q30_15_Gestão do Programa Bolsa Família	Muito frequentemente
q30_16_Gestão do trabalho	Raramente
q30_17_Metodologias de monitoramento e avaliação	Nunca
q30_18_Implantação da Vigilância Socioassistencial	Frequentemente
q30_19_Apoio aos municípios para construção do Plano de Providências	Muito frequentemente
q30_20_Implantação do Prontuário SUAS	Raramente
q30_21_Apoio aos municípios para alcance das metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS	Frequentemente
q30_22_Ações da Assistência Social para lidar com situações de emergência e calamidade pública	Raramente
q30_23_Outros	Nunca

Gestão Financeira

Informações do FEAS

q31_O FEAS tem CNPJ próprio?	Sim, como matriz
q32_O FEAS é uma unidade orçamentária?	Sim
q33_Quantidade de profissionais exclusivos que trabalham no Fundo Estadual de Assistência Social (nível médio e nível superior)	0
q34_Os contadores responsáveis pelas contas do FEAS estão lotados:	Não há contadores responsáveis pelas contas do Fundo de Assistência Social no estado
q35_Os recursos aplicados na Assistência Social no estado são alocados na unidade Orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social?	Sim, a totalidade dos recursos próprios é registrada no FEAS
q36_O ordenador de despesa do FEAS é	Outro Funcionário da Secretaria de Assistência Social

Questão 37_O recurso do IGD-SUAS foi utilizado para

q37_1_Não recebeu ou não executou recursos do IGD-SUAS	Não
q37_2_Contratação de estudos, diagnósticos, pesquisas e demais serviços técnicos especializados	Não
q37_3_Capacitações, encontros, seminários e oficinas	Sim
q37_4_Pagamentos de diárias e passagens	Sim
q37_5_Campanhas, ações de divulgação e esclarecimento da população	Não
q37_6_Desenvolvimento de sistemas informatizados	Não
q37_7_Aquisição de equipamentos eletrônicos de informática	Não
q37_8_Aquisição de outros equipamentos eletrônicos	Não
q37_9_Aquisição de softwares (programas de computador)	Não
q37_10_Aquisição de materiais de consumo e expediente	Sim
q37_11_Impressão de materiais	Não
q37_12_Reforma de unidades públicas	Não
q37_13_Aquisição de mobiliário	Não
q37_14_Aquisição de veículos	Não
q37_15_Manutenção de veículos	Não
q37_16_Apoio técnico e operacional ao Conselho de Assistência Social	Sim
q37_17_Outros	Não

Questão 38_Quais são as principais dificuldades enfrentadas em relação à gestão dos recursos do FEAS?

q38_1_Não possui dificuldades	Não
q38_2_Gestão centralizada pelo Governador	Não
q38_3_Resistência por parte do administrativo/jurídico para execução dos recursos	Sim
q38_4_Ausência de estrutura física para o FEAS	Sim
q38_5_Falta de apoio técnico para operacionalizar os recursos	Não
q38_6_Dificuldade no entendimento da tipificação dos serviços da Assistência Social	Não
q38_7_Complexidade na aplicação das normas	Não
q38_8_Outros	Não

Prestação de Contas

q39_No ano de 2013, com que frequência o Órgão Gestor Estadual apresentou ao Conselho Estadual de Assistência Social relatório de execução física e financeira das ações de assistência social	Bimestralmente
--	----------------

Apoio Financeiro aos Municípios**Cofinanciamento e repasse fundo a fundo**

q40_O estado realiza algum cofinanciamento aos municípios?	Sim, ambos (fundo-a-fundo e por convênio)
q41_ Existe Decreto ou Lei estadual que regulamenta o repasse fundo-a-fundo?	Sim
q42_Como é organizado o cofinanciamento fundo-a-fundo para os serviços socioassistencias?	O cofinanciamento é realizado por nível de proteção (Proteção Social Básica/Proteção Social Especial - Média ou Alta Complexidade)
q43_É permitida a reprogramação do cofinanciamento estadual fundo-a-fundo, por parte dos municípios, dos recursos não utilizados no exercício?	Não
q44_ Com que frequência, geralmente, é feito o repasse fundo-a-fundo?	Mensalmente
q46_O cofinanciamento realizado permite pagamento de pessoal (recursos humanos)?	Não
q47_No ano de 2013 o estado construiu ou financiou a construção e/ou reforma de unidades municipais da Assistência Social (CRAS/CREAS/etc)?	Sim, houve repasse de recursos aos municípios para construção e/ou reforma de unidades da assistência social

Questão 45_ O cofinanciamento realizado é destinado a

q45_1_Serviço de Proteção Social Básica	Sim
q45_2_Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Sim
q45_3_Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Sim
q45_4_Benefícios Eventuais	Não
q45_5_Incentivo financeiro para Gestão do SUAS	Não

Questão 48_ Especifique as características do cofinanciamento destinado aos Serviços Socioassistenciais:

Serviços	Total de municípios com cofinanciamento estadual (convênio e/ou fundo-a-fundo)	Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio
Total de Municípios cofinanciados	645	645	0
a) Cofinanciamento para Proteção Social Básica.	641	641	0
b) Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Média Complexidade.	314	314	0
c) Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Alta Complexidade.	331	331	0

Questão 49_ Especifique as características do cofinanciamento destinado aos Benefícios Eventuais

Benefícios Eventuais	Total de municípios com cofinanciamento estadual (convênio e/ou fundo-a-fundo)	Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio
Total de Municípios cofinanciados	0	0	0
a) Auxílio Funeral	0	0	0
b) Auxílio Natalidade	0	0	0
c) Outros	0	0	0

SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Execução direta de serviços de proteção social pelo Estado

q50_A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço socioassistencial da Proteção Social Básica?	Não
q52_A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço da proteção social especial de média complexidade?	Não
q54_A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço de proteção especial de alta complexidade?	Não

Nota: q51, q53 e q55 não se aplicam porque não há execução direta dos serviços de proteção social por parte do Estado de São Paulo.

Questão 56_A Secretaria Estadual de Assistência Social possui convênios com entidades para prestação de serviços socioassistenciais?

q56_1_A Secretaria não possui convênios celebrados com entidades	Não
q56_2_A Secretaria possui convênios para serviços de proteção social básica	Sim
q56_3_A Secretaria possui convênios para serviços de proteção social especial de média complexidade	Não
q56_4_A Secretaria possui convênios para serviços de proteção social especial de alta complexidade	Sim

Convênios

q57_Quantidade total de entidades que recebem recurso da Secretaria Estadual de Assistência Social por convênio:	15
q58_1_Quantidade de Entidades que prestam serviços de proteção social básica	2
q58_2_Quantidade de Entidades que prestam serviços de proteção social especial de média complexidade	0
q58_3_Quantidade de Entidades que prestam serviços de proteção social especial de alta complexidade	13

Trabalho Infantil

q59_Nos últimos 12 meses o Estado realizou campanhas ou mobilização para enfrentamento do Trabalho Infantil?	Sim
--	-----

REGIONALIZAÇÃO

Diagnóstico e plano/proposta de regionalização

q60_A Secretaria de Estado da Assistência Social possui estudo/diagnóstico sobre o volume e localização da oferta dos serviços de proteção social especial no estado?	Sim, possui estudo/diagnóstico
q61_A Secretaria de Estado da Assistência Social possui diagnóstico da incidência das situações de risco e violações de direito existentes no estado?	Sim
q62_Atualmente está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de proteção social de média complexidade?	Não
q65_Atualmente, está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de proteção social especial de alta complexidade?	Não
q68a_1_A Secretaria de Estado possui plano ou proposta de regionalização dos serviços de PSE de média complexidade?	Não
q68b_1_A Secretaria de Estado possui plano ou proposta de regionalização dos serviços de PSE de alta complexidade?	Não
q73_Caso deseje prestar informações adicionais sobre a oferta dos serviços de proteção social especial regionalizados, utilize este espaço	-----

Notas: - q63 e q64 não se aplicam quando a resposta da q62 é negativa.

- q66 e q67 não se aplicam quando a resposta da q65 é negativa.

- q69 a q72 não se aplicam quando respondido "Não" para q68a e q68b simultaneamente.

BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

Programas de Transferência de Renda Estaduais

q74_O Governo do Estado possui algum Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de recursos estaduais de forma constante a um público específico)?	Sim
q75_O Programa próprio de transferência de renda do estado está sob gestão do órgão gestor da assistência social?	Sim
q76_ Existe lei estadual que regulamenta o programa de transferência de renda do estado?	Sim
q77_ O pagamento do benefício do programa próprio de transferência de renda do estado é atrelado ao Programa Bolsa Família?	Não

Benefícios Eventuais Estaduais

q78_ O estado realiza concessão de Benefícios Eventuais da assistência social?	Não
q79. Caso sim, quais são os Benefícios Eventuais concedidos?	-----

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Questão 80_ Indique as atividades realizadas pela Secretaria no âmbito do Monitoramento, Avaliação e Vigilância Socioassistencial?

	Respostas
q80_1_ Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas ao volume da oferta de serviços socioassistenciais	Sim
q80_2_ Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas ao volume da demanda por serviços socioassistenciais	Sim
q80_3_ Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas à cobertura dos serviços socioassistenciais	Sim
q80_4_ Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas à qualidade da oferta de serviços socioassistenciais	Sim
q80_5_ Produção de análises qualitativas sobre a qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados	Sim
q80_7_ Produção de análises qualitativas sobre a incidência de situações de risco e violação de direitos	Não
q80_8_ Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas a vulnerabilidades a partir de dados do CADÚnico	Sim
q80_9_ Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas a vulnerabilidades a partir de outras fontes (IBGE, etc.)	Sim
q80_10_ Realização de avaliações de projetos, programas e serviços socioassistenciais	Sim

Continua

q80_11_ Realização de análise dos dados do Censo SUAS	Sim
q80_12_ Realização de análise das informações inseridas pelos municípios no SISC	Sim
q80_13_ Concepção de sistemas de informação	Sim
q80_14_ Desenvolvimento de sistemas de informação	Sim
q80_15_ Identificação de problemas com base em análise de dados	Sim
q80_16_ Identificação de prioridades com base em análise de dados	Sim
q80_17_ Levantamento de informações municipais sobre a gestão e oferta dos serviços socioassistenciais	Sim
q80_18_ Desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados para levantamento de informações junto aos municípios	Sim
q80_19_ Apoio aos municípios para preenchimento do Censo SUAS	Sim
q80_20_ Apoio aos municípios para preenchimento do Registro Mensal de Atendimentos dos CRAS, CREAS e Centro POP	Sim
q80_21_ Gestão local e atualização do CadSUAS - Sistema de Cadastro Nacional do SUAS	Sim
q80_22_ Apoio aos municípios para implantação de ações de monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial no nível municipal	Sim
q80_23_ Elaboração ou atualização do diagnóstico socioterritorial do estado	Sim
q80_24_ Outros	Não

Profissionais exclusivos da área de Vigilância Socioassistencial

q81_ O estado possui profissional(s) exclusivamente dedicado(s) às atividades de Vigilância Socioassistencial?	Sim
q82_1_ Profissionais exclusivos da área de Vigilância Socioassistencial de nível superior	9
q82_2_ Profissionais exclusivos da área de Vigilância Socioassistencial de nível médio	0
q82_3_ Quantidade total de profissionais exclusivos da área de Vigilância Socioassistencial	9

Questão 83_ Quanto à disseminação das informações produzidas pela área de Vigilância Socioassistencial, indique os órgãos e unidades para os quais os documentos, relatórios e indicadores são disponibilizados?

q83_1_ Para outros setores da Secretaria	Sim
q83_2_ Para outros setores do Governo Estadual	Sim
q83_3_ Para os técnico/gestores municipais	Sim
q83_4_ Para a rede socioassistencial	Sim
q83_5_ Para o Conselho Estadual	Sim
q83_6_ Para os Conselhos Municipais	Sim
q83_7_ Para a Comissão Intergestores Bipartite (CIB)	Sim

Ações de Monitoramento

q84_A Secretaria possui planejamento anual das atividades de Monitoramento?	Sim
q85_Em que proporção as ações de monitoramento são executadas a partir de Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT)?	Frequentemente

Ações de Monitoramento

q86_A Secretaria utiliza sistemas de informação informatizados para gerenciar a política de Assistência Social no estado?	Sim
---	-----

Questão 87_Os sistemas utilizados permitem:

q87_1_Registrar situações de violação de direitos	Não
q87_2_Registrar repasses de recursos	Sim
q87_3_Registrar prestações de contas	Sim
q87_4_Registrar execução física/atendimentos	Sim
q87_5_Registrar unidades da rede socioassistencial pública	Sim
q87_6_Registrar unidades da rede socioassistencial privada	Sim
q87_7_Automatizar a transferência fundo-a-fundo	Não
q87_8_Gerir o orçamento	Não
q87_9_Outros	Sim

APOIO AO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL

Relação do Estado com o Conselho Estadual de Assistência Social

q88_O orçamento da assistência social no Estado prevê recursos específicos para o Conselho?	Sim
q89_A Secretaria disponibiliza e mantém local específico para o funcionamento do Conselho?	Sim
q90_A Secretaria fornece regularmente material de consumo para o Conselho?	Sim
q91_A Secretaria disponibiliza trabalhadores para a Secretaria Executiva do Conselho?	Sim
q92_Caso sim, quantos?	5
q93_A Secretaria fornece ajuda de custo (passagens e diárias) para os conselheiros participarem das reuniões do Conselho e das Conferências Estaduais?	Sim, para ambas

Questão_94_ Realização de Cursos de Capacitação, em 2013, para Conselheiros estaduais ou municipais da assistência social

q94a_1_Capacitação presencial para os conselheiros estaduais	Sim
q94b_1_Capacitação à distância para os conselheiros estaduais	Sim
q94c_1_Capacitação presencial para os conselheiros municipais	Sim
q94d_1_Capacitação à distância para os conselheiros municipais	Não

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB)

Questão 95_ Indique a composição da CIB segundo o tipo de representação e porte do município

	Titulares	Suplentes
q95a_ Representantes da Gestão Estadual	6	6
q95b_ Representantes de Municípios de Pequeno Porte I	2	2
q95c_ Representantes de Municípios de Pequeno Porte II	1	1
q95d_ Representantes de Municípios de Médio Porte	1	1
q95e_ Representantes de Municípios de Grande Porte	1	1
q95f_ Representantes de Municípios de Metrôpoles/capitais	1	1

Representação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB)

q96_ Existe algum critério de representação regional na CIB?	Sim
q97_ Se sim, há rotatividade na representação por região do Estado?	Sim
q98_ Os gestores municipais foram indicados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS ou similar)?	Sim

Questão 100_ Como o calendário de reuniões ordinárias é divulgado?

q100_1_ Divulgado entre os membros titulares e suplentes da CIB	Sim
q100_2_ Divulgado para todos os órgãos gestores	Sim
q100_3_ Divulgado para público mais amplo	Não

Realização de Reuniões da CIB

q99_ A CIB pactuou o calendário de reuniões ordinárias anual?	Sim
q101_ Com qual periodicidade a CIB se reuniu no ano de 2013?	Bimestralmente
q102_ Quantas reuniões a CIB realizou no ano de 2013?	5
q103_ Quantas reuniões a CIB realizou no 1º semestre de 2014?	3
q104_ Quantas reuniões descentralizadas a CIB realizou no ano de 2013?	0

Questão 105_ Quais foram os temas de pactuação no 1o semestre de 2014?

q105_1_Estratégias para a implantação, operacionalização e aprimoramento da Proteção Social Básica	Sim
q105_2_Estratégias para a implantação, operacionalização e aprimoramento da Proteção Especial	Sim
q105_3_Instrumentos de regulamentação do SUAS	Não
q105_4_Critérios de partilha e procedimentos de transferência de recursos	Sim
q105_5_Planos de Providência e planos de apoio	Sim
q105_6_Reestruturação dos serviços socioassistenciais de caráter regional	Não
q105_7_Plano Estadual de Capacitação	Não
q105_8_Prioridades e metas estaduais do Pacto de Aprimoramento da gestão municipal do SUAS	Não
q105_9_Regionalização do PAEFI	Não
q105_10_Regionalização dos Serviços de Acolhimento	Sim
q105_11_Plano Estadual de Apoio Técnico aos Municípios para o alcance das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS	Não
q105_12_Apoio Técnico para adequação dos CRAS conforme Resolução CIT nº 21/2013	Não
q105_13_Outros	Não

CENSO SUAS
GESTÃO ESTADUAL E MUNICIPAL – ESTADO DE SÃO PAULO
Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE

infosocial@sp.gov.br

